



UC/FPCE 2013

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O papel de uma co-testemunha na sugestibilidade interrogativa: influência do conhecimento das respostas de um indivíduo considerado credível no desempenho da GSS2**

Patrícia Margarida Fernandes Correia (e-mail: patfcorreia@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, sub-área de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da Professora Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho

## **O papel de uma co-testemunha na sugestionabilidade interrogativa: influência do conhecimento das respostas de um indivíduo considerado credível no desempenho da GSS2**

Quando uma testemunha é exposta a informações provenientes de outras fontes, nomeadamente co-testemunhas, observa-se a tendência dessa testemunha para incorporar tais informações no seu relato do acontecimento. O presente estudo procurou analisar a influência, na sugestionabilidade interrogativa, do conhecimento das respostas de uma outra pessoa considerada como credível. Para esse fim, recorreu-se a duas amostras, cada uma delas constituída por 36 estudantes universitários. A um dos grupos foram apresentadas as respostas sugestionadas à versão 2 da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS2), as quais teriam sido dadas por uma pessoa considerada credível. O outro grupo foi submetido ao procedimento usual de administração da GSS2. Pretendeu-se, ainda, averiguar a forma como determinadas variáveis, tais como dimensões da personalidade, desejabilidade social, assertividade, ansiedade, autoconceito, necessidade de cognição e fé na intuição influenciam os resultados obtidos na GSS2. Além da GSS2, a ambos os grupos foram administrados, individualmente, os seguintes instrumentos de avaliação: o Inventário Clínico de Autoconceito; o Inventário da Personalidade NEO Revisto; o Inventário de Sintomas Psicopatológicos; o Inventário Estado-Traço da Ansiedade; a Escala de Necessidade de Cognição; a Escala Fé na Intuição; a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne; e o Inventário de Assertividade de Auto-Resposta. Os resultados obtidos revelam que a informação proveniente de outrem credível tem efeito no nível de sugestionabilidade interrogativa, ou seja, os participantes que receberam essa informação cederam mais à informação sugestiva e à pressão interpessoal. Foi também observada a existência de uma relação entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis necessidade de cognição, assertividade e ansiedade-traço. Estes resultados sugerem que também estas variáveis deverão ser tidas em consideração aquando da avaliação da credibilidade de depoimentos e confissões.

**Palavras-chave:** Sugestionabilidade interrogativa, Co-testemunhas, Neuroticismo, Amabilidade, Abertura à experiência, Desejabilidade social, Assertividade, Ansiedade, Auto-conceito, Necessidade de cognição, Fé na intuição

**The role of a co-witness in interrogative suggestibility: the influence on GSS2 performance of the knowledge of the responses of an individual considered credible**

When a witness is exposed to information from other sources, including co-witnesses, there is a tendency of the witness to incorporate such information on his report of the event. The present study aimed to analyze the influence of knowing the responses of another individual, regarded as a credible person, in the interrogative suggestibility. For this purpose we used two samples, each consisted of 36 college students. To one of the groups were presented the suggestive answers to version 2 of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS2) that would have been given by a person deemed credible. The other group was submitted to the usual administration of GSS2. It was also intended to determine how certain variables, such as personality dimensions, social desirability, assertiveness, anxiety, self-esteem, need for cognition and faith in intuition influence the results obtained on the GSS2. Besides the GSS2, to both groups the following instruments were individually administered: the Self-Concept Clinical Inventory, the Revised NEO Personality Inventory, the Brief Symptom Inventory, the State-Trait Anxiety Inventory, the Need for Cognition Scale, the Faith in Intuition Scale, the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale, and the Assertiveness Self – Report Inventory. The results obtained reveal that information from credible person has effect on the level of interrogative suggestibility, in other words, participants who received this information were more vulnerable to suggestive information and to interpersonal pressure. It was also observed a relationship between interrogative suggestibility and the following variables: need for cognition, assertiveness, and trait-anxiety. These results suggest that also these variables should be taken into account when assessing the credibility of statements and confessions.

**Key Words:** Interrogative suggestibility, Co-witnesses, Neuroticism, Agreeableness, Openness to experience, Social desirability, Assertiveness, Anxiety, Self-concept, Need for cognition, Faith in intuition.

## Agradecimentos

*«Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.»*

Antoine de Saint-Exupéry

Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial à Professora Doutora Salomé Estima de Pinho, por todos os momentos de trabalho conjunto, pela disponibilidade e pelo apoio que foram extremamente importantes para a prossecução deste trabalho.

Aos meus pais por acreditarem sempre nas minhas potencialidades e por me fazerem acreditar que tudo isto era possível.

À minha irmã Alexandra pela paciência e carinho que manifestou, mesmo nos momentos mais difíceis, e à minha irmã Catarina pelo amor demonstrado mesmo quando eu estava menos presente.

À Ana Rita Sousa e à Ana Rita Carvalho, por me acompanharem durante toda esta jornada e por estarem presentes sempre que precisei, com palavras de encorajamento para me dar.

Às minhas amigas da CH, Ornela Harris, Jéssica Azevedo, Cândida Marinha, Joana Abreu e Cláudia Vieira por me apoiarem incondicionalmente, e ouvirem os meus “devaneios”. A minha história não seria a mesma sem vocês.

À minha avó Ermelinda pelo apoio com que me presenteou nas alturas de especial apreensão.

À Cristina Santos por toda a ajuda prestada e por me encorajar incessantemente.

Ao Gonçalo Duarte por me ajudar a relativizar as dificuldades deste percurso e a valorizar o essencial.

Às minhas colegas de Psicologia Forense, em especial à Sara Raposo, com quem partilhei esta última etapa, e a quem desejo as maiores felicidades para o futuro.

A todos os que se disponibilizaram a colaborar e participar neste estudo, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Sem todos vocês esta caminhada não teria sido tão prazerosa, desafiadora e aliciante.

O meu sincero agradecimento! ...

## Índice

Introdução .....	1
I. Enquadramento conceptual .....	2
1. Sugestionabilidade interrogativa .....	2
1.1. Natureza e evolução do conceito de sugestionabilidade .....	2
1.2. Factores que influenciam a memória das testemunhas .....	4
1.3. A influência do relato de outras testemunhas na memória do acontecimento.....	5
1.4. Modelo de Gudjonsson e Clark.....	6
1.5. As escalas de sugestionabilidade de Gudjonsson .....	7
1.6. Estudos com as escalas de sugestionabilidade de Gudjonsson ...	8
1.6.1. Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade .....	8
1.6.2. Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito .....	9
1.6.3. Sugestionabilidade interrogativa e factores da personalidade .....	10
1.6.4. Sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social ...	11
1.6.5. Sugestionabilidade interrogativa e assertividade .....	12
1.6.6. Sugestionabilidade interrogativa e necessidade de cognição .....	13
1.6.7. Sugestionabilidade interrogativa e fé na intuição .....	13
2. Relevância do presente estudo .....	14
II. Objectivos.....	15
III. Metodologia .....	16
1. Amostra .....	16
2. Procedimentos .....	16
3. Instrumentos utilizados .....	18
3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – versão 2 .....	18
3.2. Inventário Clínico de Auto-conceito .....	19
3.3. Inventário da Personalidade NEO Revisto .....	20
3.4. Inventário de Sintomas Psicopatológicos .....	20
3.5. Inventário Estado-Traço da Ansiedade .....	20
3.6. Escala da Necessidade de Cognição .....	21
3.7. Escala Fé na Intuição .....	21
3.8. Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne .....	22
3.9. Inventário de Assertividade de Auto-Resposta .....	22
IV. Resultados .....	23
1. Comparação das diferenças de desempenho entre os grupos de controlo e experimental .....	23
2. Análise de correlações com a sugestionabilidade interrogativa .....	24
V. Discussão .....	28
VI. Conclusões .....	35
Bibliografia .....	38

## Introdução

De acordo com Blackburn (1996), a Psicologia Forense é um campo da psicologia aplicada cujo principal objectivo consiste em colocar o conhecimento psicológico ao serviço do Direito, auxiliando o sistema judicial na tomada de decisão. Trata-se, ainda, de uma área em evolução, na qual se tem verificado um esforço constante de aperfeiçoamento das metodologias de avaliação utilizadas (Machado & Gonçalves, 2011).

Uma das áreas de investigação desta disciplina, que tem despertado o interesse nos profissionais que nela trabalham, relaciona-se com o estudo dos processos psicológicos que influenciam a exatidão dos depoimentos das testemunhas (Cunha, Albuquerque, & Freire, 2007; Drake, Bull, & Boon, 2008; Kassin, 2008; Wells, Memon, & Penrod, 2006).

O depoimento de uma testemunha ocular é uma das provas com mais peso na condenação de um arguido (Conti, 1999; Kassin & Neumann, 1997; Yarmey, 2006) e uma das principais fontes de informação na qual o sistema de justiça se apoia para a tomada de decisão (Pires, 2011; Kassin & Neumann, 1997; Wrightsman & Kassin, 1993). De facto, o depoimento de uma testemunha permite relacionar o suspeito com o crime cometido de uma forma específica e concreta. Ao contrário, os outros meios de prova apenas indicam que existe uma ligação entre o sujeito e um determinado objecto ou local, não propriamente entre aquele e o crime cometido (Mueller-Johnson & Ceci, 2004; Pinho, 2008; Rosenthal, 2002).

Contudo, tal como acontece com as provas materiais, a memória (na qual se baseiam os depoimentos e as confissões) pode ser contaminada, perdida ou destruída originando, desta forma, falsas confissões ou falsos testemunhos (Jack, Zydervelt, & Zajac, 2013; Laney & Loftus, 2010; Pinho, 2002; Pires, 2011). De facto, a informação recebida não é diretamente gravada na memória, passando primeiro por um processo de reconstrução que consiste na integração de diversas informações (e.g. informações reais sobre o acontecimento, intuições da testemunha, informações provenientes de outras fontes). Este processo pode ser influenciado por vários factores, como as características do acontecimento, da testemunha e dos procedimentos interrogativos (Laney & Loftus, 2010; Yarmey, 2010).

Nos últimos tempos têm-se verificado um esforço contínuo para prevenir a ocorrência de falsas memórias. Um desses exemplos é o trabalho desenvolvido por Gudjonsson que, nas suas investigações, comprovou que pessoas com perturbações mentais (esquizofrenia, depressão ou dificuldades na leitura), estados mentais alterados (fobias, ansiedade ou luto recente), capacidades intelectuais diminuídas (baixo QI), e em presença de determinadas variáveis como é o caso da sugestionabilidade e da conformidade (*compliance*)<sup>1</sup>, têm maior predisposição para confissões e testemunhos menos confiáveis (Memon, Vrij, & Bull, 2003).

O presente estudo foca-se no conceito de sugestionabilidade interrogativa. Segundo Gudjonsson (2003), este consiste no grau em que, num contexto de interrogatório formal, um indivíduo aceita pistas enganadoras transmitidas por outrem, alterando as suas respostas em função disso. O principal objectivo comporta perceber qual a influência que o conhecimento prévio das respostas na Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS2; Gudjonsson, 1997), dadas por uma outra pessoa considerada como credível, tem sobre a avaliação da sugestionabilidade interrogativa nesta mesma escala. Pretende-se, ainda, verificar de que forma variáveis como dimensões da personalidade (neuroticismo, amabilidade e abertura à experiência), desejabilidade social, assertividade, ansiedade, auto-conceito, necessidade de cognição e fé na intuição influenciam os resultados obtidos na GSS2.

Espera-se, deste modo, contribuir para uma compreensão mais alargada do funcionamento do fenómeno de sugestionabilidade interrogativa e das variáveis que deverão ser consideradas aquando da sua avaliação em contexto forense.

## **I – Enquadramento conceptual**

### **1. Sugestionabilidade interrogativa**

#### **1.1 Natureza e evolução do conceito de sugestionabilidade**

Apenas nos anos oitenta, a sugestionabilidade interrogativa passou a ser alvo de interesse por parte dos investigadores da área da psicologia

---

<sup>1</sup> Tendência de um sujeito para aceitar informações, pedidos ou instruções, tendo em vista determinados ganhos instrumentais (e.g. agradar ao entrevistador), isto é, não comporta uma aceitação real da informação sugerida (Gudjonsson, 2003).

(Gudjonsson, 2003). Apesar de ser Cattell (1985 como citado em Drake, 2009) o responsável pela realização de algumas das primeiras experiências na área do testemunho (e.g., estudo com estudantes universitários, submetidos a um interrogatório onde constavam questões potencialmente enganadoras), o conceito de sugestionabilidade interrogativa apenas foi introduzido em 1900, por Binet (Gudjonsson, 2003, 2010; Polczyk et al., 2004; Trowbridge, 2003).

Em 1938, este conceito foi retomado por Stern que, no seu trabalho experimental, demonstrou que as questões sugestivas podem conduzir a uma distorção nas respostas (Gudjonsson, 2003). Este efeito é explicado pelo autor através do facto de estas questões estarem formuladas de modo a que a resposta pretendida (seja ela correcta ou incorrecta) se encontre contida na própria pergunta (Gudjonsson, 2003; Trowbridge, 2003). Todavia, apenas em 1980, com Gudjonsson, é que a sugestionabilidade interrogativa passou a ser efectivamente estudada como um fenómeno de grande importância no contexto forense (Gudjonsson, 2003).

Existem duas abordagens distintas da sugestionabilidade: a abordagem experimental e a abordagem das diferenças individuais.

A abordagem experimental da sugestionabilidade surge, por exemplo, no trabalho de Loftus e cols. (Davis & Loftus, 2007; Loftus, 2003; Loftus & Hoffman, 1989; Schooler & Loftus, 1993) e centra-se na compreensão das condições em que a sugestão afecta a memória das testemunhas. Nesta abordagem a ênfase é colocada nos aspectos cognitivos, desvalorizando-se a influência que os factores emocionais e motivacionais possam ter na aceitação ou rejeição da informação sugestiva (Mastroberardino & Marucci, 2012; Pires, 2011).

No que concerne à abordagem das diferenças individuais da sugestionabilidade, esta é melhor ilustrada pelo trabalho de Gudjonsson (Gudjonsson, 1983, 1984, 1988, 1997, 2003). De acordo com este autor, a sugestionabilidade é determinada tanto por factores internos (cognitivos, emocionais e motivacionais) como por factores externos (e.g., características do entrevistador, repetição do interrogatório) podendo, deste modo, ser avaliada através do recurso a instrumentos que avaliem as diferenças individuais na vulnerabilidade à sugestão (Cunha, 2010; Mastroberardino & Marucci, 2012; Gudjonsson, 2003).



## 1.2 Factores que influenciam a memória das testemunhas

Existe uma forte evidência que sustenta a hipótese de a sugestionabilidade interrogativa estar positivamente correlacionada com relatos enviesados e com falsas confissões referentes à admissão de um acto punido por lei, que o confessor não cometeu (Kassin & Gudjonsson, 2004). Contudo, esta relação é ainda pouco clara e de grande complexidade (Mesiarik, 2008).

A exactidão dos depoimentos das testemunhas oculares é influenciada pela interferência de determinadas variáveis na memória (Wells et al., 2006). Esta interferência pode ocorrer em qualquer uma das fases da memória - aquisição, retenção e recuperação - sendo que apenas a última fase pode ser sujeita a algum controlo por parte dos intervenientes no sistema judicial (Pinho, 2008).

As variáveis que podem interferir na fase de recuperação mnésica são denominadas de *variáveis do sistema*. Entre elas podemos encontrar: os procedimentos para obtenção de depoimentos de testemunhas e as condições em que é feito o reconhecimento dos suspeitos (Wells & Olson, 2003).

No que diz respeito às variáveis que interferem nas fases de codificação e de retenção da memória – denominadas de *variáveis a estimar* – a influência destas pode ser estimada não podendo, no entanto, ser controlada (Pinho, 2008). Tais variáveis referem-se a factores como as características da testemunha (e.g., idade, género, personalidade), do acontecimento (existência de arma, medo), do agressor (e.g., existência de características distintivas, utilização de disfarce) e a variáveis que intervêm entre o acontecimento e o testemunho (e.g., intervalo de retenção, interferências de informação proveniente de outras testemunhas antes de o investigador chegar ao local) (Wells & Olson, 2003).

Wells e cols. (2006) propõem a existência de um terceiro grupo de variáveis – *variáveis de retrodição*. Segundo estes autores, estas são passíveis de ser mensuradas e relacionam-se, de um modo não causal, com a exactidão das respostas das testemunhas (e.g., confiança/certeza da testemunha ocular; latência da resposta de reconhecimento).

Para o presente estudo as variáveis com maior relevância são as *variáveis a estimar*, nomeadamente, no que se refere à influência que as informações trocadas entre testemunhas, posteriormente à ocorrência do

acontecimento, possam ter na memória.

A introdução de nova informação na memória pode ocorrer por via de fontes internas, como é o caso da reavaliação da experiência vivida pela testemunha e da formação de imagens mentais do acontecimento, ou também por interferência de fontes externas, como por exemplo, a introdução de nova informação (por vezes enganosa) proveniente dos órgãos de comunicação social ou dos relatos de outras testemunhas (Pinho, 2008; Yarmey, 2010).

### **1.3 A influência do relato de outras testemunhas na memória do acontecimento**

Apesar das tentativas feitas pelo sistema legal para prevenir que não ocorra comunicação entre as diferentes testemunhas de um mesmo acontecimento, nem sempre isto é conseguido. Estudos recentes revelam que a maioria das testemunhas admite discutir detalhes do acontecimento com a sua co-testemunha (Paterson & Kemp, 2005, 2006; Paterson, Kemp, & McIntyre, 2012; Skagerberg & Wright, 2008).

A discussão entre testemunhas tem constituído um problema de grande importância para a precisão/fiabilidade dos depoimentos. O contacto e troca de informação entre as testemunhas poderão conduzir a uma contaminação da memória individual pela tendência em alcançar um consenso, no que diz respeito às diversas versões de um mesmo acontecimento (Wells & Olson, 2003). De acordo com Meade e Roediger (2002), a informação proveniente de co-testemunhas tem um efeito mais grave na recordação do acontecimento do que as próprias perguntas sugestivas. Estas conclusões são também partilhadas por Jack e cols. (2013). Num estudo realizado por Paterson e cols. (2012) verificou-se que as testemunhas, apesar de alertadas para a necessidade de comunicarem apenas a sua recordação do acontecimento evitando informações provenientes das co-testemunhas, relatam também estas informações. Estes resultados sugerem que, por vezes, as testemunhas poderão ser incapazes de distinguir qual a fonte de informação que estão a evocar.

No entanto, a influência que a co-testemunha tem na recordação do acontecimento depende também da interferência de outras variáveis, como a relação existente entre as testemunhas e a sua credibilidade (Gabbert,

Memon, & Allan, 2003). Na verdade, é de esperar que informações comunicadas por uma co-testemunha considerada credível, tenham um maior impacto do que aquelas comunicadas por uma co-testemunha aparentemente não credível.

#### 1.4 Modelo de Gudjonsson e Clark

Em 1986, Gudjonsson e Clark desenvolveram um modelo teórico para explicar o mecanismo da sugestionabilidade interrogativa - o Modelo Teórico da Sugestionabilidade Interrogativa de Gudjonsson-Clark (Gudjonsson, 1997). No seu modelo, estes autores (1986 como citado em Gudjonsson, 1997) definem a sugestionabilidade interrogativa como “*o grau em que, num contexto de interação social próxima, um indivíduo aceita mensagens comunicadas por outrém, alterando as suas respostas em função disso*” (p. 1).

A premissa base do modelo de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 1997) consiste no facto de a sugestionabilidade interrogativa depender das estratégias de *coping* adoptadas pelo indivíduo, quando confrontado com três aspectos essenciais do processo interrogativo: *incerteza*, *confiança interpessoal* e *expectativas* (Bain & Baxter, 2000; Cunha, 2010; Gudjonsson, 1997, 2003). A *incerteza*<sup>1</sup> refere-se ao entrevistado não ter a certeza absoluta da resposta à questão que lhe é colocada, acabando, assim, por ceder à sugestão. Esta aceitação da sugestão é a essência da sugestionabilidade (Gudjonsson, 1997, 2003). No que concerne à *confiança interpessoal*<sup>2</sup>, é esperado que o sujeito acredite na honestidade e transparência do entrevistador, não colocando a hipótese de este o estar a enganar ou manipular. A desconfiança do entrevistado em relação ao entrevistador tende a diminuir a sua susceptibilidade à sugestão (Gudjonsson, 1997, 2003). Por fim, as *expectativas* (de sucesso) referem-se à crença, por parte do sujeito, de que o entrevistador está à espera que ele

---

<sup>1</sup> Alguns entrevistados podem concordar com a sugestão contida na pergunta, sabendo que ela não é verdadeira, apenas porque estão relutantes em discordar abertamente ou porque querem agradar ao entrevistador. Nestes casos o entrevistado é considerado condescendente e não sugestionável (Gudjonsson, 1997).

<sup>2</sup> Para manter a confiança interpessoal, é necessário que o entrevistador acredite no propósito de disfarce da entrevista (apresentado como um teste de memória) e que as perguntas que contêm a sugestão a introduzam de forma subtil (Gudjonsson, 1997, 2003).

saiba a resposta ou que é suposto que ele consiga identificar qual a resposta correcta (Gudjonsson, 1997, 2003).

Ainda segundo este modelo, outro factor com extrema relevância na sugestionabilidade interrogativa é a pressão interrogativa sentida durante os interrogatórios policiais. Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) definem o conceito de *feedback* como um “*sinal que é comunicado pelo entrevistador a uma testemunha, após esta ter respondido a uma questão ou a uma série de questões, com o objectivo de fortalecer ou modificar as suas respostas seguintes*” (p. 350). Defendem que o *feedback*, em especial o *feedback* negativo (que consiste em comunicar à pessoa, de forma clara, explícita e firme, que esta cometeu um número considerável de erros, mesmo que não tenha cometido nenhum), tem um efeito significativo no comportamento do entrevistado. De facto, Gudjonsson (2003) mostrou que o *feedback* negativo tem dois efeitos distintos: (a) fazer com que o entrevistador mude as suas respostas anteriores e (b) aumentar a vulnerabilidade do sujeito a informação sugestiva que possa estar contida em questões subsequentes.

Em suma, podemos concluir que este modelo contempla dois tipos independentes de sugestionabilidade. O primeiro referente ao impacto que uma questão sugestiva pode ter sobre a testemunha e o segundo referente ao limiar a partir do qual o *feedback* negativo, ou a pressão social, leva à mudança de uma resposta anteriormente dada (Drake, 2009, 2010; Gudjonsson, 2003, 2010).

### **1.5 As escalas de sugestionabilidade de Gudjonsson**

Em 1984, com o objectivo de medir as diferenças individuais existentes nos dois tipos de sugestionabilidade interrogativa contempladas pelo modelo de Gudjonsson-Clark, Gudjonsson (2003) desenvolveu a primeira Escala de Sugestionabilidade - GSS1. Mais tarde, em 1987, construiu a sua versão paralela - a GSS2 (Cunha et al., 2007). De notar que qualquer uma das formas da GSS é apresentada ao indivíduo como um teste de memória, sendo o principal objectivo o de avaliar a tendência dos sujeitos para serem influenciados por informação sugestiva, sem se aperceberem disso (Gudjonsson, 1997).

Estas escalas foram construídas para serem aplicadas em contexto clínico/forense, como forma de identificar o grau de susceptibilidade à

sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos, contribuindo para prevenir a ocorrência de testemunhos errôneos. Foram também concebidas para fins de investigação, de modo a possibilitar uma melhor compreensão do processo de sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2010; Pires, Silva, & Ferreira, 2013a).

### **1.6 Estudos com as escalas de sugestionabilidade de Gudjonsson**

Ao longo da última década, a abordagem das diferenças individuais tem vindo a tornar-se um foco de atenção privilegiado para a compreensão do fenómeno de sugestionabilidade (Eisen, Morgan, & Mickes, 2002). Muitos estudos têm tentado examinar a capacidade preditora das características da personalidade e das capacidades cognitivas na criação de falsas memórias (Gudjonsson, 2003; Liebman et al., 2002).

De seguida, serão salientadas as variáveis relacionadas com a sugestionabilidade interrogativa que são objecto de estudo neste trabalho: a ansiedade, auto-conceito, factores da personalidade, desejabilidade social, assertividade, necessidade de cognição e fé na intuição.

#### **1.6.1 Sugestionabilidade interrogativa e ansiedade**

Em relação à forma como a ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa se relacionam, vários estudos têm indicado que existe uma correlação positiva e significativa entre as duas variáveis (Almerigogna, Ost, Bull, & Akehurst, 2007; Bain & Baxter, 2000; Dobson & Markham, 2001; Eysenck, 2002; Gudjonsson, 2003; Kassin & Gudjonsson, 2004; Ordi & Miguel-Tobal, 1999; Ridley & Clifford, 2004, 2006; Roberts, 2002; Wofradt & Meyer, 1998; Zhu et al., 2010).

Eysenck (1997 como citado em Amerigogna et al., 2007) coloca a hipótese de indivíduos mais ansiosos estarem mais preocupados com o seu desempenho na tarefa, levando-os a interpretarem erradamente as questões colocadas ou a sentirem-se incapazes de aceder a informações por eles conhecidas. Porém, existe falta de consenso nos resultados encontrados. Alguns estudos levados a cabo por Gudjonsson (1988)<sup>1</sup> e, posteriormente,

---

<sup>1</sup> Gudjonsson, ao avaliar a ansiedade antes e depois do *feedback* negativo, concluiu que a sugestionabilidade está mais associada com ansiedade-estado.

por Smith e Gudjonsson (1995)<sup>1</sup> indicam a existência de uma correlação mais forte entre a sugestionabilidade e a ansiedade-estado. Contudo, estudos como o de Gudjonsson, Rutter, e Clare (1995 como citado em Gudjonsson, 2003) sugerem a existência de uma relação mais forte entre a sugestionabilidade interrogativa e a ansiedade-traço. Em Portugal, num estudo realizado por Pires et al. (2013a), não foram encontradas relações entre a ansiedade e a sugestionabilidade interrogativa. Silva (2011), no seu estudo com jovens da população portuguesa, avaliou o nível de ansiedade antes e após aplicado o *feedback* negativo, não tendo encontrado diferenças estatisticamente significativas entre as medidas nestes dois momentos.

### **1.6.2 Sugestionabilidade interrogativa e auto-conceito**

Existem poucos estudos na literatura no que concerne à relação entre o auto-conceito, definido como a percepção que um indivíduo tem de si próprio (Serra, 1995), e a sugestionabilidade. Contudo, podemos encontrar vários estudos relativos à auto-estima. De acordo com Serra (1986, 1988a, 1988b), a auto-estima, definida como o processo avaliativo que o indivíduo faz das suas qualidades ou dos seus desempenhos, virtudes ou valor moral (Serra, 1988a), é um dos constituintes mais importantes do auto-conceito e o que apresenta maior impacto na prática clínica.

Os resultados de alguns estudos indicaram que a baixa auto-estima do indivíduo tende a aumentar a susceptibilidade do indivíduo à sugestão, crescendo o risco de este aceitar informação sugestiva (Bain & Baxter, 2000; Bain, Baxter, & Fellowes, 2004; Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson & Lister, 1984; Kassin & Gudjonsson, 2004; Mastroberardino & Marucci, 2012; Nurmoja, 2005; Nurmoja & Bachmann, 2008).

Indivíduos com auto-conceito elevado são mais seguros e confiantes, sentindo-se menos ameaçados por pessoas, situações e tarefas difíceis, tendo as suas percepções do mundo e da realidade menor tendência a serem distorcidas (Fitts, 1972 como citado em Serra, 1988b).

No entanto, nem todos os estudos apontam no mesmo sentido. Drake e

---

<sup>1</sup> Foram encontradas correlações positivas e significativas entre a ansiedade-estado (avaliada pelo Inventário Estado-Traço da Ansiedade - STAI-Y; Spielberger, 1983) e algumas medidas da GSS2 (*Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*) que iremos desenvolver mais à frente (cfr. secção 3.1).

cols. (2008), num estudo realizado com participantes da população geral, não encontraram correlações estatisticamente significativas entre os resultados da GSS1 e auto-estima. Os mesmos resultados foram encontrados por Smith e Gudjonsson (1995). Silva (2011), num estudo realizado com uma amostra de jovens estudantes portugueses, também não encontrou uma relação significativa entre a variável auto-conceito, medida pelo Inventário Clínico de Auto-conceito (ICAC; Serra, 1995) e a sugestionabilidade, avaliada pela GSS1.

### **1.6.3 Sugestionabilidade interrogativa e factores da personalidade**

Existe evidência empírica que sugere que determinados traços da personalidade (neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, amabilidade, conscienciosidade) podem levar à aplicação de estratégias de *coping* ineficazes e conseqüentemente a um aumento da sugestionabilidade interrogativa (Drake, 2010; Gudjonsson, 1983, 2003; Liebman et al., 2002; Pires et al., 2013a; Wolfradt & Meyer, 1998).

Mais especificamente, alguns estudos sugerem que indivíduos com elevados níveis de neuroticismo<sup>1</sup> são mais propensos a alterar as suas respostas em contexto de pressão interpessoal (Drake, 2010; Gudjonsson, 1983, 2003; Wolfradt & Meyer, 1998). Esta situação poderá advir do facto de o neuroticismo se encontrar relacionado com acontecimentos de vida negativos e geração de stress (Costa & McCrae, 1992). De acordo com dados empíricos, estes dois factores estão na origem de níveis mais elevados de *incerteza* e de *expectativas de sucesso* (Gudjonsson & Clark, 1986 como citados em Gudjonsson, 1997) levando à utilização de mecanismos de *coping* ineficazes e a uma maior cedência perante informação sugestiva.

No entanto, apesar de se encontrar evidência de que o neuroticismo poderá estar relacionado com a sugestionabilidade interrogativa, as correlações encontradas entre estas duas variáveis são tendencialmente baixas (Drake, 2010; Gudjonsson, 1983) chegando, por vezes, a não ser significativas do ponto de vista estatístico (Haraldsson, 1985 como citado

---

<sup>1</sup> Medida da estabilidade/instabilidade emocional dos indivíduos e da sua tendência para experienciar afectos negativos e percepção negativa das situações (Costa & McCrae, 1992).

em Nurmoja & Bachmann, 2008; Penajoia, 2012; Pires et al., 2013a; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004). Num estudo recente realizado por Pires, Silva, & Ferreira (2013b) não foram encontradas relações entre a sugestionabilidade, avaliada pela GSS1, e o neuroticismo obtido com recurso ao Índice de Millon dos Estilos de Personalidade - *Edição Revista* (MIPS-R; Millon, 2004). Silva (2011), numa amostra de jovens estudantes da população portuguesa, também constatou uma ausência de relação significativa entre o neuroticismo, avaliado pelo Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975) e a sugestionabilidade interrogativa (GSS1).

Em relação aos restantes domínios da personalidade, no estudo realizado por Liebman e cols. (2002) foi encontrada evidência de que a sugestionabilidade poderá estar relacionada de forma positiva com algumas sub-escalas do Inventário da Personalidade NEO Revisto (NEO PI-R; Costa & McCrae, 1992): a abertura à experiência<sup>1</sup>, a modéstia (domínio da amabilidade<sup>2</sup>) e o altruísmo (do mesmo domínio). Drake (2010) encontrou, também, uma correlação positiva significativa entre o domínio conscienciosidade<sup>3</sup> (avaliado pelo NEO-PI-R) e o resultado *Mudança*<sup>4</sup> da GSS1.

Contudo, no estudo de Pires e cols. (2013a) não foram observadas quaisquer relações entre os cinco factores de personalidade, avaliados pelo NEO-PI-R, e a sugestionabilidade interrogativa avaliada pela GSS1 e pela GSS2. O mesmo padrão de resultados foi obtido por Polczyk (2005).

#### **1.6.4 Sugestionabilidade interrogativa e desejabilidade social**

De acordo com Gudjonsson (2003) é esperado que indivíduos que apresentem uma maior necessidade em ostentar uma imagem favorável de si,

---

<sup>1</sup> Caracteriza o indivíduo ao nível da procura proactiva, da apreciação da experiência em si mesma, da tolerância e da exploração do não-familiar (Costa & McCrae, 1992).

<sup>2</sup> Qualidade da orientação interpessoal do indivíduo, num continuum que vai desde a compaixão à rivalidade de pensamentos, sentimentos e acções (Costa & McCrae, 1992).

<sup>3</sup> Grau de organização, persistência e motivação para comportamentos orientados para objectivos (Costa & McCrae, 1992).

<sup>4</sup> Este resultado diz respeito ao número de vezes que a resposta do sujeito muda devido ao *feedback* negativo (cfr. secção 3.1).



ou seja, que apresentem níveis mais elevados de desejabilidade social, sejam mais susceptíveis à sugestionabilidade interrogativa.

Estudos empíricos que investigaram a relação existente entre estas duas variáveis encontraram uma correlação positiva entre as mesmas (Ceci & Bruck, 1993; Gudjonsson, 1983, 2003; Lee, 2004; Liebman et al., 2002; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004), isto é, quanto maiores os níveis de desejabilidade social, maior a tendência do sujeito em ir ao encontro das expectativas do entrevistador, pontuando mais em sugestionabilidade interrogativa.

Contudo, esta correlação é tendencialmente baixa e nem sempre significativa podendo, por vezes, não ser encontrada (Gudjonsson, Sigurdsson, & Einarsson, 2004). De facto, no estudo de Polczyk (2005), apesar de terem sido encontradas relações entre a GSS1 e a desejabilidade social, o mesmo não se verificou em relação à GSS2.

Num estudo com estudantes do ensino secundário e primeiro ano do ensino superior, Silva (2011) observou relações positivas entre a medida de desejabilidade social, avaliada pelo Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ; Eysenck & Eysenck, 1975), e as medidas da GSS1. Também o estudo de Pires e cols. (2013b) foi no mesmo sentido, tendo registado uma relação positiva significativa entre o nível de desejabilidade social (avaliado pelo MIPS-R) e a sugestionabilidade (avaliada pela GSS1). Num estudo realizado por Penajoia (2012), com indivíduos reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra e indivíduos sem qualquer contacto com o sistema de justiça, foram encontradas correlações positivas estatisticamente significativas entre a variável de desejabilidade social, avaliada pela Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Ballard, 1992), e as medidas de sugestionabilidade interrogativa (GSS1). Esta relação foi encontrada em ambos os grupos analisados.

### **1.6.5 Sugestionabilidade interrogativa e assertividade**

Lange e Jakubowski (1976) definem a assertividade como a capacidade de um indivíduo em manifestar as suas necessidades, preferências, emoções e opiniões, de forma directa e honesta, sem desrespeitar o direito dos outros.

Segundo o modelo teórico de Gudjonsson e Clark, pessoas pouco

assertivas, quando confrontadas com situações de incerteza e em que existam expectativas sobre a situação de interrogatório, têm mais dificuldades em implementar estratégias de *coping* adequadas, que permitam a resistência à sugestão (Gudjonsson, 2003). Os estudos realizados sugerem que indivíduos que apresentam baixos níveis de assertividade são mais vulneráveis a informações sugestivas (Bain et al., 2004; Gudjonsson, 1988, 2003; Kassin & Gudjonsson, 2004; Mastroberardino & Marucci, 2012). No entanto, Pires e cols. (2013b), num estudo com população portuguesa, não encontraram nenhuma relação entre a assertividade (avaliada pelo MIPS-R) e a sugestibilidade interrogativa (GSS1).

### **1.6.6 Sugestionabilidade interrogativa e necessidade de cognição**

A necessidade de cognição é definida por Cacioppo, Petty, e Kao (1984) como a tendência dos indivíduos para se envolverem num modo de pensar mais cuidadoso e analítico. As investigações indicam que esta característica é preditiva da forma como os sujeitos lidam com as tarefas e com a informação por eles recebida (Cacioppo & Petty, 1982).

De acordo com a literatura, indivíduos com elevados níveis de necessidade de cognição apresentam maior tendência para procurar, adquirir e reflectir sobre a informação, de modo a atribuir significado aos estímulos alvo (Cacioppo & Petty, 1982; Cacioppo, Petty, Feinstein, & Jarvis, 1996; Couto, Quelhas, & Juhos, 2010; Curşeu, 2011; Enge, Fleischhauer, Brocke, & Strobel, 2008).

Neste contexto, é esperado que indivíduos com baixos níveis de necessidade de cognição apresentem maior predisposição para confiar nos outros, sendo mais influenciáveis por pistas fornecidas por terceiros, na avaliação das mensagens (Curşeu, 2011; Silva & Garcia-Marques, 2006). Assim, supõe-se que tais indivíduos sejam mais vulneráveis à informação sugestiva (especialmente quando esta é transmitida por um outro indivíduo considerado credível).

### **1.6.7 Sugestionabilidade interrogativa e fé na intuição**

A fé na intuição é definida por Epstein, Pacini, Denes-Raj, e Heier (1996) como a tendência dos indivíduos para se envolverem num modo de pensar mais intuitivo. Esta variável parece estar positivamente associada a

variáveis da personalidade como a abertura à experiência, a amabilidade e a conscienciosidade (Silva & Garcia-Marques, 2006).

Liebman e cols. (2002) encontraram uma relação entre os níveis de amabilidade e abertura à experiência e a sugestionabilidade interrogativa apresentada pelos participantes, sendo que, quanto mais elevados os primeiros, maior a tendência do indivíduo em ceder perante informação enganosa. Ward e Loftus (1985 como citado em Nurmoja & Bachmann, 2008) encontraram evidência de que indivíduos mais intuitivos são mais susceptíveis à informação enganosa. Assim, embora, ao que sabemos, não existam estudos publicados sobre sugestionabilidade interrogativa e fé na intuição, é de supor que os indivíduos que apresentem pontuações mais elevadas em fé na intuição apresentem também maiores níveis de vulnerabilidade à sugestão.

## **2. Relevância do presente estudo**

Como referido anteriormente, cada vez mais a tomada de decisão em tribunal se baseia em informações provenientes dos depoimentos das testemunhas e/ou vítimas e até em confissões do agente de acção (Pires, 2011). Contudo, os estudos efectuados têm vindo a comprovar que muitas vezes o relato do acontecimento é distorcido devido à pressão interrogativa e à inclusão de questões sugestivas nos interrogatórios (Laney & Loftus, 2010; Pires, 2011).

Perante a necessidade crescente em compreender, de forma mais ampla e aprofundada, as implicações que a sugestionabilidade interrogativa pode ter nos testemunhos, estão a ser desenvolvidos em Portugal, estudos em diversas populações (e.g., reclusos, vítimas de violência conjugal, crianças e adultos institucionalizados) com o objectivo de identificar o modo como determinadas diferenças individuais podem influenciar a vulnerabilidade à informação sugestiva (e.g., Cunha, 2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011; Penajoia, 2012; Pires, 2011; Silva, 2011).

Apesar deste esforço por parte dos psicólogos portugueses, ainda não existem estudos que permitam identificar que tipo de impacto podem ter, na vulnerabilidade a informação sugestiva, informações sobre um episódio, provenientes de indivíduos apresentados como credíveis. De facto, o sistema legal apenas reconhece que a testemunha reporta determinada informação

errada (sobre um acontecimento) por influência social, negligenciando a possibilidade de esta poder ocorrer por alteração da memória (Paterson et al., 2012).

Com o presente estudo, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla do fenómeno de sugestionabilidade interrogativa, para que seja possível identificar condições que necessitem ser acauteladas, de modo a que o testemunho de um indivíduo não seja posto em causa.

## **II - Objectivos**

Tendo em conta que a sugestionabilidade interrogativa é influenciada, entre outros, por factores individuais, pretende-se perceber em que medida: **(1)** a credibilidade das respostas dadas por um outro indivíduo influencia o grau de sugestionabilidade de estudantes universitários; **(2)** variáveis como (i) dimensões da personalidade, (ii) desejabilidade social, (iii) assertividade, (iv) ansiedade, (v) auto-conceito, (vi) necessidade de cognição e (vii) fé na intuição se encontram relacionadas com a sugestionabilidade interrogativa nesta população.

Considerando o objectivo proposto e a revisão de estudos anteriores, foram formuladas as seguintes hipóteses:

**H1:** Existem diferenças estatisticamente significativas no que respeita à sugestionabilidade interrogativa entre os participantes na condição de aplicação modificada da GSS2 (apresentação das respostas de uma outra pessoa considerada credível) e na condição de aplicação usual, apresentando o primeiro grupo maior vulnerabilidade à sugestão;

**H2:** Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre as pontuações nas escalas de neuroticismo, amabilidade e abertura à experiência e a sugestionabilidade interrogativa;

**H3:** Existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre os sujeitos com maiores níveis de ansiedade e a vulnerabilidade à sugestão;

**H4:** Existe uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a presença de níveis elevados de auto-conceito e a sugestionabilidade interrogativa dos indivíduos;

**H5:** Existe uma relação negativa estatisticamente significativa entre a assertividade e a sugestionabilidade interrogativa;

**H6:** Existe uma relação positiva estatisticamente significativa entre a

desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa;

**H7:** Existe uma relação negativa estatisticamente significativa entre a necessidade de cognição e a sugestionabilidade interrogativa;

**H8:** Existe uma relação positiva estatisticamente significativa entre a fé na intuição e a sugestionabilidade interrogativa.

### III - Metodologia

#### 1. Amostra

A amostra é constituída por 72 estudantes do ensino superior distribuídos aleatoriamente em dois grupos, tendo como principal preocupação uma distribuição equitativa, em termos de género. O grupo de controlo, constituído por 36 participantes<sup>1</sup>, com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos ( $M = 21.0$ ;  $DP = 1.96$ ), foi submetido à aplicação do procedimento usual da GSS2. Ao outro grupo (grupo experimental), constituído também por 36 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 26 anos ( $M = 21.72$ ;  $DP = 2.04$ ), foi aplicado um procedimento modificado da GSS2, no qual foram apresentadas as respostas (correspondentes àquelas que são cotadas como sugestionadas, de acordo com o manual da GSS<sup>2</sup>) supostamente dadas por uma pessoa descrita como credível, à qual teria sido também aplicada a mesma escala.

#### 2. Procedimentos

Uma vez obtido o consentimento informado necessário para a realização do estudo, procedeu-se à avaliação individual de cada participante. A administração dos instrumentos seguiu um procedimento semelhante em ambos os grupos, tendo sido realizado numa única sessão, com uma duração de aproximadamente 60 minutos.

Primeiro procedeu-se à aplicação da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS2). Foi lida aos participantes a narrativa da GSS2 e seguidamente pedido à pessoa que reportasse tudo aquilo que se recordava em relação à história. Durante o intervalo de retenção, com a duração de 50

---

<sup>1</sup> A recolha da amostra de controlo foi realizada em conjunto com a colega Sara Oliveira tendo sido recrutados 18 participantes por cada uma.

<sup>2</sup> As respostas às perguntas não sugestivas não foram sujeitas a enviesamento.

minutos, administraram-se, pela ordem que se segue, o Inventário Clínico de Auto-conceito (ICAC; Serra, 1985) o Inventário da Personalidade NEO Revisto (NEO PI-R; Costa & McCrae, 1992), o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI; Derogatis, 1993), o Inventário Estado-Traço da Ansiedade (STAI-Y; Spielberger, 1983), a Escala de Necessidade de Cognição (NCS; Caccioppo & Petty, 1982), a Escala Fé na Intuição (IF; Epstein, Pacini, Denes-Raj, & Heier, 1996), a Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Ballard, 1992) e o Inventário de Assertividade e Auto-Resposta (ASRI; Herzberg, Chan, & Katz, 1984). Após este intervalo, foi novamente solicitado aos participantes que reportassem tudo o que se lembravam relativamente à história da GSS2. Seguidamente foram colocadas aos participantes vinte questões sobre essa história. Depois foi administrado o *feedback* negativo que, como referido anteriormente, consiste em comunicar à pessoa, de forma clara, explícita e firme, que esta “cometeu um número considerável de erros (mesmo quando nenhum erro foi cometido) e, como tal, será necessário colocar as questões mais uma vez” (Gudjonsson, 1997, p. 11).

No procedimento modificado, o modo de administração da GSS2 é similar, diferindo apenas na informação prestada aos participantes. Neste grupo, antes da colocação das vinte questões sobre a história, foi apresentada a descrição de uma pessoa credível, a quem teria sido também aplicada a GSS2. Após a colocação de cada pergunta, e antes do participante responder à mesma, foi indicada a resposta sugestionada dessa pessoa ou a resposta correcta, no caso de a pergunta ser não sugestiva. Neste grupo, aquando da aplicação do *feedback* negativo acrescentou-se a seguinte informação: “Lembre-se que a pessoa que respondeu a este questionário foi considerada como credível”.

Após a aplicação do protocolo de avaliação, foi explicado o verdadeiro propósito da investigação, inicialmente apresentado como uma avaliação da memória, esclarecido o objectivo da aplicação do *feedback* negativo e da apresentação das respostas da pessoa considerada credível, isto é, aumentar a pressão interrogativa da situação.

### 3. Instrumentos utilizados

#### 3.1 Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – versão 2

A *Gudjonsson Suggestibility Scale 2* (GSS2; Gudjonsson, 1997; tradução para português por Capelo, Cruz, Freitas, Furtado, Pinto, Rebelo, & Pinho, 2007) é um instrumento de relato-memória que avalia as diferenças individuais ao nível da sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 1984).

As GSS são compostas por uma história apresentada oralmente; duas tarefas de evocação, uma imediatamente após a apresentação da história – *evocação imediata* – e outra após um intervalo de retenção de cerca de 50 minutos – *evocação diferida*; e vinte questões sobre a história, quinze das quais contendo informação falsa ou sugestiva na sua formulação. Embora estruturalmente semelhantes, as escalas diferem no conteúdo das histórias que são apresentadas (GSS1 relata um episódio com conteúdo criminal e a GSS2 descreve um acontecimento neutro) e, conseqüentemente, das questões que são colocadas (Gudjonsson, 1997, 2003, 2010).

Dado que o procedimento de aplicação da GSS2 foi anteriormente apresentado (cf. procedimentos), seguidamente serão apenas descritos os resultados que se podem calcular a partir da sua aplicação (Gudjonsson, 1997) e que são os seguintes: (1) *Evocação imediata* – permite obter a medida da evocação verbal imediata da narrativa e indicações da atenção dos sujeitos, concentração e capacidade de memória (pontuação máxima = 40); (2) *Evocação diferida* – é aplicada, usualmente, 50 minutos após a evocação imediata e permite obter informação sobre os mesmos indicadores que a *evocação imediata* (pontuação máxima = 40); (3) *Cedência 1 (Yield 1)* – número de questões sugestivas a que o sujeito cede antes da administração do *feedback* negativo (pontuação máxima = 15); (4) *Cedência 2 (Yield 2)* – número de questões sugestivas cuja informação enganosa o sujeito aceita após a administração do *feedback* negativo (pontuação máxima = 15); (5) *Mudança (Shift)* – número de vezes que muda a resposta do sujeito devido ao *feedback* negativo (pontuação máxima = 20); (6) *Sugestionabilidade total* – indica-nos o nível global de sugestionabilidade do sujeito e resulta da soma dos resultados obtidos em “*cedência 1*” e em “*mudança*” (pontuação máxima = 35); (7) *Confabulação* – indica a ocorrência de erros relacionados com o processamento da informação na memória, isto é, a substituição de lacunas na memória por recordações imaginárias consideradas verdadeiras.

Inclui qualquer tipo de informação que tenha sido adicionado à história (*fabricações*) ou distorções maiores no conteúdo da história (*distorções*).

Análises factoriais realizadas por Gudjonsson (1997, 2003) revelaram a existência de dois factores distintos que correspondem às duas formas de sugestionabilidade: *Cedência* e *Mudança*. Estas escalas apresentam boa consistência interna, variável entre .75 e .85 (Gudjonsson, 1984, 1992; Merckelbach, Muris, Wessel, & Van Koppen, 1998; Muris, Meesters, & Merckelbach, 2004), boa estabilidade temporal, no intervalo entre .55 e .83 (Gudjonsson, 1997, 2003; Muris et al., 2004), bom acordo inter-avaliadores, oscilando entre .724 e .996 (Clare, Gudjonsson, Rutter, & Cross, 1994), boa validade de critério (Gudjonsson & Singh, 1984) e validade preditiva satisfatória (Merckelbach et al., 1998). No estudo de Pires e cols. (2013a), com a versão portuguesa desta escala, o *alpha de Cronbach* encontrado varia entre .58 e .76, sendo a estabilidade temporal variável entre .32 e .46.

No entanto, num estudo levado a cabo por Gignac e Powell (2009), a consistência interna encontrada para a subescala *Mudança*, calculada através de modelação com variáveis latentes (*latent variable modeling approach*) ao invés do alfa de *Cronbach*, foi baixa (.60), colocando em causa a fiabilidade associada a esta subescala. Estes resultados são explicados pelo facto de, quando existe uma correlação positiva entre duas pontuações que são utilizadas como cálculo da diferença entre elas, a fórmula do *alpha de Cronbach* enviesar a confiabilidade, aumentando-a.

### 3.2 Inventário Clínico de Auto-conceito

O *Inventário Clínico de Auto-conceito* (ICAC; Serra, 1985) é um instrumento de auto-resposta, construído em Portugal, que tem como principal finalidade, “*avaliar os aspectos sociais e emocionais do auto-conceito*” (Serra, 1995, p. 151). Este inventário é constituído por 20 itens, avaliados por uma escala de Likert de cinco pontos (de “não concordo” a “concordo muitíssimo”).

Com este inventário é possível obter um valor global do auto-conceito, assim como de quatro factores específicos: aceitação/rejeição social, auto-eficácia, maturidade psicológica e impulsividade-actividade.

Este inventário apresenta bons níveis de consistência interna (.79, obtida com recurso ao cálculo do coeficiente de *Spearman-Brown*) e



adequada estabilidade temporal (.84) (Serra, 1995).

### **3.3 Inventário da Personalidade NEO Revisto**

O *Revised NEO Personality Inventory* (NEO PI-R, Costa & McCrae, 1992; Lima & Simões, 2000) é um instrumento de auto-avaliação constituído por 240 itens aos quais se responde utilizando uma escala de Likert de cinco pontos. Este instrumento é auto-administrado e pode ser aplicado a partir dos 17 anos de idade.

O NEO-PI-R permite avaliar os cinco domínios gerais da personalidade (neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, amabilidade e conscienciosidade) e trinta facetas específicas.

A consistência interna para os cinco domínios, traduzida no coeficiente *alpha de Cronbach*, varia entre .796 e .864, o que indica que este inventário possui boas propriedades psicométricas (Lima & Simões, 1997).

### **3.4 Inventário de Sintomas Psicopatológicos**

O *Brief Symptom Inventory* (BSI; Derogatis, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007) é um instrumento de auto-resposta, constituído por 53 itens, que permite obter resultados relativos a nove dimensões psicopatológicas (somatização, obsessões-compulsões, sensibilidade interpessoal, depressão, ansiedade, hostilidade, ansiedade fóbica, ideação paranóide e psicoticismo), e a três índices globais (índice geral de sintomas, total de sintomas positivos e índice de mal-estar) sendo, estes últimos, avaliações sucintas da perturbação emocional.

A versão portuguesa desta escala apresenta boas propriedades psicométricas, com a consistência interna das várias escalas a variar entre .62 e .80 e a estabilidade temporal entre .63 e .81 (Canavarro, 2007).

A utilização deste questionário teve como finalidade a exclusão de indivíduos cujas pontuações em sintomatologia psicopatológica os situassem acima da média.

### **3.5 Inventário Estado-Traço da Ansiedade**

O *State-Trait Anxiety Inventory* (STAI-Y; Spielberger, 1983; versão portuguesa de Silva & Correia, 1997) é um instrumento de auto-resposta constituído por duas subescalas de 20 afirmações, relativamente às quais os

participantes devem responder até que ponto cada uma delas corresponde à sua maneira de sentir, no momento (ansiedade-estado) ou habitualmente (ansiedade-traço). Neste inventário é utilizada uma escala de tipo Likert de quatro pontos (1=Nada; 4=Muito).

Na população portuguesa, os valores de consistência interna, obtidos nos estudos efectuados por Silva e Campos (1998 como citado em Silva, 2003) com a versão final do STAI-Y, revelam a existência de boas qualidades psicométricas. De facto, relativamente à dimensão ansiedade-estado, foram obtidos valores de *alpha de Cronbach* de .91 e .93, para homens e mulheres, respectivamente. Quanto à dimensão ansiedade-traço, os mesmos autores obtiveram um valor de .89 para ambos os sexos.

### **3.6 Escala de Necessidade de Cognição**

A *Need for Cognition Scale* (NCS; Cacioppo & Petty, 1982; versão portuguesa de Silva & Garcia-Marques, 2006) é um instrumento de auto-resposta constituído por 18 itens, respondidos numa escala de Likert de cinco pontos (1 = discordo completamente e o 5 = concordo completamente) que permite obter resultados relativos à necessidade de cognição do indivíduo.

No estudo realizado por Silva e Garcia-Marques (2006), com a versão portuguesa da escala, foram encontradas boas qualidades psicométricas. A consistência interna desta escala, obtida pelo cálculo do *alpha de Cronbach*, varia entre .80 e .84.

### **3.7 Escala Fé na Intuição**

A *Faith in Intuition* (FI; Epstein, Pacini, Denes-Raj, & Heier, 1996; versão portuguesa de Silva & Garcia-Marques, 2006) é uma escala de auto-resposta constituído por cinco afirmações relativas ao indivíduo, o qual responde indicando o grau de acordo com essas afirmações. As respostas são dadas através de uma escala do tipo Likert de cinco pontos (1 = completamente falso e 5 = completamente verdadeiro).

No estudo de Silva e Garcia-Marques (2006), com a versão portuguesa da escala, a consistência interna, obtida pelo cálculo do *alpha de Cronbach*, varia entre .64 e .81.

### 3.8 Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne

A *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (MCSDS; Ballard, 1992; versão portuguesa de Carvalho & Baptista, 1999; Simões, Almiro, & Sousa, 2010) é um instrumento de auto-resposta destinado a avaliar a desejabilidade social (Crowne & Marlowe, 1960). Esta escala é composta por 33 itens que descrevem comportamentos aceitáveis, mas improváveis (itens de atribuição), assim como comportamentos inaceitáveis, mas prováveis (itens de negação) (Gouveia, Guerra, Sousa, Santos, & Costa, 2009; Silvestre, 2011). Para responder a esta escala, o indivíduo deve indicar a falsidade ou a veracidade de cada uma das afirmações, tendo em conta a aplicação ao seu caso em particular. As pontuações obtidas podem variar entre 0 e 33 sendo as pontuações superiores a 17, indicadoras de um “forte desejo de aceitação social” (Crowne & Marlowe, 1960).

Os estudos para avaliar as propriedades psicométricas desta escala demonstram que o instrumento possui boa consistência interna (coeficiente *alpha de Cronbach* variável entre .72 e .96) (Ballard, 1992; Crowne & Marlowe, 1960; Loo & Loewen, 2004; Loo & Thorpe, 2000) e boa estabilidade temporal (.89) (Crowne & Marlowe, 1960). O valor do *alpha de Cronbach* obtido num estudo realizado em Portugal, com uma amostra de estudantes universitários, foi de .64, o que é considerado aceitável (Barros, Moreira, & Oliveira, 2005). Também o estudo de Poínhos e cols (2008), obteve valores dentro da mesma ordem (*alpha de Cronbach* de .65).

### 3.9 Inventário de Assertividade de Auto-Resposta

O *Assertiveness Self-Report Inventory* (ASRI; Herzberg, Chan, & Katz, 1984; tradução para português por Cunha & Pinho, 2008) é um instrumento de auto-resposta, constituído por 25 itens, relativamente aos quais o sujeito tem que indicar a falsidade ou a veracidade de cada afirmação, consoante o seu ponto de vista. Esta escala permite obter uma medida geral de assertividade que resulta da soma dos pontos atribuídos, um por cada resposta assertiva.

A versão original deste instrumento apresenta propriedades psicométricas adequadas, mais especificamente ao nível da estabilidade teste reteste (.81) e da consistência interna (coeficiente *alpha de Cronbach* de .78) (Herzberg, Chan, & Katz, 1984).

#### IV - Resultados

##### 1. Comparação das diferenças de desempenho entre os grupos de controlo e experimental

No Quadro 1 são apresentados os resultados da análise comparativa dos dois grupos amostrais deste estudo, para as variáveis relativas à personalidade, ansiedade, auto-conceito, necessidade de cognição, fé na intuição, assertividade e desejabilidade social.

**Quadro 1. Comparação dos resultados dos grupos de controlo e experimental quanto às variáveis auto-conceito, personalidade, ansiedade necessidade de cognição, fé na intuição, desejabilidade social e assertividade**

	Grupo de controlo		Grupo experimental		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
<b>Auto-conceito</b>	75.94	6.48	74.06	6.49	1.24	.221
<b>Neuroticismo</b>	100.36	24.69	102.00	22.53	-.29	.769
<b>Extroversão</b>	116.06	17.18	113.22	19.45	.66	.515
<b>Abertura à experiência</b>	117.28	13.99	115.39	18.92	.48	.632
<b>Amabilidade</b>	119.78	14.07	112.78	19.69	1.74	.087
<b>Conscienciosidade</b>	117.31	20.09	118.17	15.83	-.20	.840
<b>Ansiedade-traço</b>	39.33	10.16	39.61	8.52	-.13	.900
<b>Ansiedade-estado</b>	34.53	9.53	31.22	7.75	1.62	.111
<b>Necessidade de cognição</b>	62.72	9.38	61.00	10.63	.73	.468
<b>Fé na intuição</b>	18.14	1.74	18.03	3.03	.19	.850
<b>Desejabilidade social</b>	16.25	5.27	16.58	5.22	-.27	.788
<b>Assertividade</b>	13.36	3.67	13.94	3.49	-.69	.491

Como se pode observar no Quadro 1, não foram registadas quaisquer diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos.

A comparação das diferenças de desempenho de ambos os grupos nos resultados da GSS2 encontra-se no Quadro 2.

**Quadro 2. Comparação dos resultados dos grupos de controlo e experimental na GSS2**

	Grupo de controlo		Grupo experimental		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
<b>Evocação imediata</b>	18.25	5.12	17.94	4.91	-.71	.480
<b>Evocação diferida</b>	17.04	4.67	17.07	5.11	-.02	.981
<b>Confabulações 1</b>	2.03	1.59	2.22	1.55	-.52	.602
<b>Confabulações 2</b>	2.31	1.65	2.75	1.98	-1.04	.304
<b>Cedência 1</b>	4.47	2.85	6.25	3.77	-2.26*	.027
<b>Cedência 2</b>	6.22	4.43	8.22	3.63	-2.09*	.040
<b>Mudança</b>	4.22	3.73	6.11	2.92	-2.40*	.019
<b>Sugestionabilidade Total</b>	8.67	5.67	12.36	4.91	-2.96**	.004

Nota: \*  $p < .05$  ; \*\*  $p < .01$

A análise destes valores apresentados no Quadro 2 revelou que as médias das duas amostras apenas se diferenciam, significativamente, nos resultados *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*, com um tamanho do efeito considerado médio<sup>12</sup> [ $t(72)_{Cedência1} = -2.26$ ,  $p = .027$ ,  $d = -.54$ ;  $t(67.399)_{Cedência2} = -2.09$ ,  $p = .040$ ,  $d = .51$ ;  $t(72)_{Mudança} = -2.40$ ,  $p = .019$ ,  $d = -.57$ ;  $t(72)_{Sugestionabilidade\ Total} = -2.96$ ,  $p = .004$ ,  $d = .71$ ]. O grupo experimental obteve pontuações mais elevadas nas quatro variáveis acima indicadas [ $M_{Cedência1} = 6.25$ ,  $DP_{Cedência1} = 3.77$ ;  $M_{Cedência2} = 8.22$ ,  $DP_{Cedência2} = 3.63$ ;  $M_{Mudança} = 6.11$ ,  $DP_{Mudança} = 2.92$ ;  $M_{Sugestionabilidade\ Total} = 12.36$ ,  $DP_{Sugestionabilidade\ Total} = 4.91$ ] quando comparado com o grupo de controlo [ $M_{Cedência1} = 4.47$ ,  $DP_{Cedência1} = 2.85$ ;  $M_{Cedência2} = 6.22$ ,  $DP_{Cedência2} = 4.43$ ;  $M_{Mudança} = 4.22$ ,  $DP_{Mudança} = 3.73$ ;  $M_{Sugestionabilidade\ Total} = 8.67$ ,  $DP_{Sugestionabilidade\ Total} = 5.67$ ].

## 2. Análise de correlações com a sugestionabilidade interrogativa

Com o objectivo de verificar associações existentes entre as diversas variáveis contempladas nas hipóteses deste estudo e as medidas de sugestionabilidade interrogativa, procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de

<sup>1</sup> Segundo a classificação de Cohen (1988)

<sup>2</sup> Para o cálculo do tamanho do efeito, recorreu-se ao programa disponível no site <http://www.uccs.edu/~lbecker/>

correlação de *Pearson* e de *Spearman*<sup>1</sup>. Uma vez que relativamente às variáveis individuais não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, foi tida em consideração a totalidade da amostra para o cálculo das correlações. Apresentam-se, em primeiro, os valores de correlação com a *Sugestionabilidade total* (Quadros 3 e 4) e, seguidamente, com as restantes medidas da GSS2 - *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Mudança* - (Quadro 5).

A matriz de correlações exposta no Quadro 3 apresenta os resultados do coeficiente *r* de *Pearson* e os respectivos valores da significância, entre a variável *Sugestionabilidade total* e as variáveis que seguem a distribuição normal.

**Quadro 3. Correlações Produto-Momento de *Pearson* entre as variáveis auto-conceito, neuroticismo, abertura à experiência, amabilidade, conscienciosidade, ansiedade-traço, necessidade de cognição e assertividade, por um lado, e a *Sugestionabilidade total*, por outro**

		Sugestionabilidade total
<b>Auto-conceito</b>	<i>r</i>	-.16
	<i>p</i>	.188
<b>Neuroticismo</b>	<i>r</i>	.21
	<i>p</i>	.072
<b>Abertura à experiência</b>	<i>r</i>	.05
	<i>p</i>	.657
<b>Amabilidade</b>	<i>r</i>	.07
	<i>p</i>	.588
<b>Conscienciosidade</b>	<i>r</i>	-.05
	<i>p</i>	.655
<b>Ansiedade-traço</b>	<i>r</i>	.27*
	<i>p</i>	.020
<b>Necessidade de cognição</b>	<i>r</i>	-.30**
	<i>p</i>	.009
<b>Assertividade</b>	<i>r</i>	-.33**
	<i>p</i>	.004

Nota: \*  $p < .05$  ; \*\*  $p < .01$

<sup>1</sup> Foi calculado o coeficiente de correlação *Rho* de *Spearman* (ao invés do coeficiente de correlação de *Pearson*) para as variáveis que não seguem a distribuição normal.

Foram encontradas relações com significância estatística entre a variável *Sugestionabilidade total* e ansiedade-traço [ $r(70) = .27, p = .020$ ], sendo esta associação positiva e baixa<sup>1</sup>. Encontraram-se também relações estatísticas significativas entre a variável *Sugestionabilidade Total* e as variáveis Necessidade de Cognição [ $r(70) = -.30, p = .009$ ] e Assertividade [ $r(70) = -.33, p = .004$ ] sendo ambas as relações negativas e baixas.

No Quadro 4 são apresentados os resultados do coeficiente *rho* de *Spearman* e os respectivos valores da significância, entre a variável *Sugestionabilidade total* e as variáveis que não seguem a distribuição normal.

**Quadro 4. Coeficiente de correlação de *Spearman* entre as variáveis extroversão, ansiedade-estado, fé na intuição e desejabilidade social, por um lado, e a variável *Sugestionabilidade total*, por outro**

		<b>Sugestionabilidade total</b>
<b>Extroversão</b>	$r_s$	-.07
	$p$	.583
<b>Ansiedade-estado</b>	$r_s$	-.04
	$p$	.712
<b>Fé na intuição</b>	$r_s$	-.01
	$p$	.919
<b>Desejabilidade social</b>	$r_s$	.04
	$p$	.757

Como se pode observar no Quadro 4, não foram observadas quaisquer correlações estatisticamente significativas entre as variáveis extroversão, ansiedade-estado, fé na intuição, desejabilidade social e a variável *Sugestionabilidade total*.

No Quadro 5 são apresentados os resultados do coeficiente *rho* de *Spearman* e respectivos valores da significância, para as relações entre as variáveis referentes à personalidade, ansiedade, auto-conceito, desejabilidade social, necessidade de cognição, assertividade, fé na intuição

<sup>1</sup> Recorreu-se à classificação de Pestana e Gageiro (2005) para a análise qualitativa de todas as correlações.

e as restantes medidas da sugestionabilidade (*Cedência 1*, *Cedência 2* e *Mudança*).

**Quadro 5. Coeficiente de Correlação de Spearman entre as variáveis de personalidade, ansiedade, auto-conceito, fé na intuição, necessidade de cognição, desejabilidade social e assertividade, por um lado e Cedência 1, Cedência 2 e Mudança, por outro**

		Cedência 1	Cedência 2	Mudança
<b>Auto-conceito</b>	$r_s$	-.15	-.12	-.05
	$p$	.210	.307	.690
<b>Neuroticismo</b>	$r_s$	.11	.10	.20
	$p$	.349	.417	.085
<b>Extroversão</b>	$r_s$	.10	-.09	-.15
	$p$	.402	.446	.206
<b>Abertura à experiência</b>	$r_s$	-.01	.05	.05
	$p$	.911	.656	.679
<b>Amabilidade</b>	$r_s$	.03	-.01	.05
	$p$	.820	.912	.653
<b>Conscienciosidade</b>	$r_s$	-.04	-.09	-.10
	$p$	.738	.476	.387
<b>Ansiedade-estado</b>	$r_s$	-.05	.15	-.01
	$p$	.694	.197	.917
<b>Ansiedade-traço</b>	$r_s$	.17	.31**	.27*
	$p$	.148	.007	.020
<b>Necessidade de cognição</b>	$r_s$	-.30*	-.21	-.19
	$p$	.011	.071	.114
<b>Fé na intuição</b>	$r_s$	-.12	.01	.08
	$p$	.319	.917	.503
<b>Desejabilidade social</b>	$r_s$	.04	-.06	.03
	$p$	.712	.623	.800
<b>Assertividade</b>	$r_s$	-.35**	-.28*	-.30*
	$p$	.003	.016	.010

Nota: \*  $p < .05$ ; \*\*  $p < .01$

Foram encontradas relações com significância estatística entre as variáveis ansiedade-traço e *Cedência 2* [ $r_s(72) = .31, p = .007$ ] e as variáveis ansiedade-traço e *Mudança* [ $r_s(72) = .27, p = .020$ ], sendo estas associações positivas e baixas. Em relação à variável necessidade de cognição, foi encontrada uma relação negativa baixa, estatisticamente significativa, com o resultado *Cedência 1* [ $r_s(72) = -.30, p = .011$ ]. Verificou-se também a



existência de relações negativas baixas, estatisticamente significativas, entre a variável assertividade e os resultados *Cedência 1* [ $r_s(72) = -.35, p = .003$ ], *Cedência 2* [ $r_s(72) = -.28, p = .016$ ] e *Mudança* [ $r_s(72) = -.30, p = .010$ ].

## V - Discussão

O contacto entre testemunhas antes do depoimento constitui um problema de grande importância no que respeita à exactidão da informação recordada. De acordo com Meade e Roediger (2002), a informação proveniente de co-testemunhas tem um efeito prejudicial mais grave na recordação do acontecimento do que as próprias perguntas sugestivas que podem ser colocadas durante os interrogatórios policiais.

Com o presente estudo pretendia-se analisar qual a influência que o conhecimento das respostas dadas por outrem, considerado como uma pessoa credível, teria na sugestionabilidade interrogativa, tal como esta é avaliada pela versão 2 da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS2; Gudjonsson, 1997). Compararam-se assim dois grupos, um ao qual foi aplicado o procedimento usual da GSS2 e outro ao qual, antes do questionamento, foi apresentada a descrição de uma pessoa considerada credível (a quem supostamente terá sido também aplicada a GSS2) e apresentadas as suas respostas<sup>1</sup> para cada pergunta da GSS2.

Procurou-se, ainda, aprofundar o conhecimento sobre factores que poderão tornar as pessoas mais vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa. Neste sentido, recorreu-se ao estudo das correlações entre as principais medidas da GSS2 (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade total*) e algumas variáveis psicológicas, tais como: o neuroticismo, a amabilidade, a abertura à experiência, a desejanabilidade social, a assertividade, a ansiedade, o auto-conceito, a necessidade de cognição e a fé na intuição. Uma vez que, em estudos anteriores, foram encontradas relações significativas entre algumas destas variáveis e as medidas de sugestionabilidade da GSS, era esperado que na amostra recolhida para este estudo se encontrassem resultados concordantes.

A primeira hipótese deste estudo aponta para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o nível de sugestionabilidade

---

<sup>1</sup> Estas corresponderam às respostas que são cotadas como sugestionadas; as respostas às perguntas não sugestivas não foram sujeitas a este enviesamento.

interrogativa e o facto de os sujeitos se encontrarem, ou não, expostos a informação sugestiva proveniente de um outro indivíduo caracterizado como credível. Era, então, esperado que os sujeitos expostos a este tipo de informação pontuariam mais nas medidas da sugestionabilidade interrogativa quando comparados com aqueles a quem não foi apresentada esta informação. Esta hipótese foi corroborada. De facto, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas, entre os dois grupos, em todas as medidas da sugestionabilidade interrogativa (cf. Quadro 2). Estes resultados empíricos apontam no sentido de uma inclinação por parte dos sujeitos para integrarem as informações transmitidas por outrém considerado credível nas suas próprias respostas procurando, deste modo, um consenso em relação a versões de um mesmo acontecimento (Wells & Olson, 2003). Neste sentido, Paterson e cols. (2012) levantam a seguinte questão: por que motivos se recordam as testemunhas das informações provenientes de outras testemunhas? Terá este fenómeno origem numa distorção da memória que advém de outros factores? Estes autores realizaram um estudo (Paterson et al., 2012) para tentarem responder a esta questão. Os participantes foram submetidos a uma prova de memória da fonte, na qual tinham que indicar a origem das informações recordadas. Estes autores verificaram que os participantes, em muitos dos casos, não conseguiram identificar correctamente qual a fonte das suas recordações, o que conduziu à apresentação não-intencional de informações baseadas nos discursos de outros participantes.

No presente estudo não recorreremos a qualquer prova de monitorização da fonte, o que poderá constituir, desde já, uma limitação do mesmo. Assim, não podemos afirmar que o sujeito interiorizou as informações do indivíduo (considerado como credível) na sua recordação da história. É possível que os resultados obtidos advenham da pressão causada pela situação de questionamento que, regra geral, torna os indivíduos mais vulneráveis a aceitar pistas externas, em vez de confiarem nas suas referências e recordações internas (Gudjonsson, 1992). Uma das possíveis soluções para ultrapassar esta limitação, além da utilização de uma prova de monitorização da fonte, seria a realização de um re-teste, alguns dias após a aplicação da prova, em que os sujeitos seriam novamente submetidos às perguntas da GSS2. É sabido que a identificação errada da fonte é mais

provável de acontecer decorrido um maior período de tempo após a apresentação da informação (Paterson et al., 2012).

No que concerne à segunda hipótese formulada neste estudo, relativa à existência de uma relação positiva entre as variáveis da personalidade - neuroticismo, amabilidade e abertura à experiência - e a sugestionabilidade interrogativa, esta pode considerar-se não corroborada (cf. Quadro 3). Não foram encontradas correlações significativas entre as principais dimensões da personalidade e as medidas de sugestionabilidade interrogativa (*Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade Total*). No que concerne à dimensão neuroticismo, o resultado é concordante com as conclusões a que chegaram Hardsson (1985 como citado em Nurmoja & Bachmann, 2008), Penajoia (2012), Pires e cols. (2013a; 2013b), Polczyk (2005), Richardson e Kelly (2004) e Silva (2011), que recorreram a instrumentos distintos (EPQ/EPQ-J, NEO-PI-R/ NEO-FFI e MPIS-R) para avaliar esta variável. Este aspecto leva-nos a supor que a não observação de uma relação estatisticamente significativa, entre a sugestionabilidade interrogativa e o neuroticismo, não resulta do tipo de instrumento de avaliação seleccionado. Embora alguma evidência empírica aponte no sentido da existência de uma correlação entre neuroticismo e sugestionabilidade interrogativa, essa relação é, regra geral, baixa, tal como é observado nos estudos de Gudjonsson (1983) e Drake (2010). Em relação aos outros domínios da personalidade tidos em conta nesta hipótese, era de esperar a existência de uma relação entre a sugestionabilidade interrogativa e as dimensões amabilidade e abertura à experiência. No entanto, isso não se verificou. Liebman et al. (2002), ao estudarem a relação entre as principais medidas da GSS2 e o NEO-PI-R, também não encontraram correlações significativas entre esta escala e os principais factores da personalidade. O mesmo padrão de resultados foi obtido por Polczyk (2005) e Pires e cols. (2013a). Neste sentido, o facto de não se registarem correlações significativas entre os cinco factores da personalidade e as principais medidas da sugestionabilidade interrogativa aponta para a provável independência entre estes constructos.

Analisando a terceira hipótese deste estudo, que perspectiva a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre os sujeitos com maiores níveis de ansiedade e a sugestionabilidade, esta foi parcialmente corroborada. Apenas foi encontrada uma relação

estatisticamente significativa entre a ansiedade-traço e as medidas *Sugestionabilidade total*, *Cedência 2* e *Mudança* (ver Quadros 3, 4 e 5). De acordo com a literatura, são vários os estudos que têm observado uma relação entre estas duas variáveis (Almerigogna et al, 2007; Bain & Baxter, 2000; Dobson & Markham, 2001; Eysenck, 2002; Gudjonsson, 2003; Kassin & Gudjonsson, 2004; Ordi & Miguel-Tobal, 1999; Ridley & Clifford, 2004, 2006; Roberts, 2002; Wofradt & Meyer, 1998; Zhu et al., 2010), sendo que quanto maiores os níveis de ansiedade, maior a vulnerabilidade do indivíduo para ceder a questões sugestivas. Costa e Pinho (2010) justificam estes resultados afirmando que os sujeitos mais sugestionáveis tendem a apresentar níveis superiores de ansiedade, percebendo as situações quotidianas como mais ameaçadoras quando comparados com sujeitos menos sugestionáveis. Eysenck (1997 como citado em Almerigogna et al., 2007) acrescenta que os indivíduos mais ansiosos, por se encontrarem mais preocupados com o seu desempenho na tarefa, tornam-se incapazes de aceder a informações por eles conhecidas. No presente estudo, como já foi referido, a relação encontrada foi apenas entre a ansiedade-traço e as medidas *Sugestionabilidade total*, *Cedência 2* e *Mudança* (ver Quadros 4 e 5), o que vai ao encontro das conclusões a que Gudjonsson, Rutter e Clare (1995 como citado em Gudjonsson, 2003) chegaram. Como mencionado anteriormente, os estudos que pretenderam investigar a relação existente entre a sugestionabilidade interrogativa e a ansiedade não são consensuais. Enquanto alguns autores encontraram uma correlação positiva, com significância estatística, em relação à ansiedade-traço, outros (Gudjonsson, 1988; Smith & Gudjonsson, 1995) observaram essa correlação com a ansiedade-estado. Existem ainda estudos (Pires et al., 2013a; Silva, 2011) em que não foram encontradas associações entre estas variáveis. Gudjonsson (2003) explica que os diferentes resultados obtidos poderão ser justificados pelo momento em que é aplicado o instrumento de avaliação da ansiedade. De facto, Gudjonsson (1988) no seu estudo avaliou a ansiedade após a administração do *feedback* negativo, o que poderá ter levado a um aumento da ansiedade sentida pelos indivíduos naquele momento (refletindo-se em níveis mais elevados de ansiedade-estado). Neste sentido, Pires e colaboradores (2013a) levantam a hipótese de as diferenças metodológicas terem influência na avaliação do grau de ansiedade que o

indivíduo está a experienciar, sendo este mais intenso após o processo de questionamento e após a aplicação do *feedback* negativo. No presente estudo, como o STAI-Y foi aplicado durante o intervalo de retenção (após a evocação imediata), os níveis de ansiedade experienciados pelo indivíduo não seriam tão elevados, destacando-se, então, os níveis de ansiedade relacionados com a personalidade do indivíduo (ansiedade-traço).

No que diz respeito à quarta hipótese do presente estudo, ou seja, à existência de uma relação negativa entre auto-conceito e a sugestionabilidade interrogativa, esta não foi corroborada. Não foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre a variável auto-conceito e as várias medidas da sugestionabilidade interrogativa (ver Quadros 3 e 5). Apesar da vasta evidência empírica apontar no sentido da existência de uma relação negativa significativa entre estes dois constructos, os estudos de Drake e colaboradores (2008), Smith e Gudjonsson (1995) e Silva (2011), também não encontraram uma relação entre estas variáveis. Como justificação para os resultados obtidos, Silva (2011) coloca a hipótese desses resultados decorrerem de diferenças conceptuais entre auto-estima e auto-conceito. Tal como referido anteriormente, a auto-estima é um dos constituintes do auto-conceito (Serra, 1988a). Sendo o auto-conceito constituído por aspectos emocionais e sociais (Serra, 1995), e como a auto-estima traduz apenas uma componente mais emocional do auto-conceito (Serra, 1988a), a divergência entre o resultado obtido no presente estudo e a literatura pode dever-se à influência de outros constituintes do auto-conceito (mais relacionados com aspectos sociais).

Relativamente à quinta hipótese, pressupõe-se a existência de uma relação negativa estatisticamente significativa entre a assertividade e a sugestionabilidade interrogativa, o que foi corroborado neste estudo. Apurou-se a existência de uma correlação negativa entre as medidas da GSS2 (*Cedência 1, Cedência 2, Mudança e Sugestionabilidade total*) e a assertividade (ver Quadros 3 e 5). Este padrão de resultados também foi encontrado em estudos como os de Bain et al. (2004), Gudjonsson (1988, 2003) e Mastroberardino e Marucci (2012). Podemos então afirmar que indivíduos mais assertivos, ou seja, que manifestam as suas necessidades, emoções e opiniões de forma mais directa e honesta (Lange & Jakubowski, 1976), se revelaram menos propensos para ceder à informação sugestiva.

Num estudo conduzido por Gudjonsson (2003), o autor colocou a hipótese de este fenómeno estar relacionado com o facto de o medo do indivíduo em não ser bem-sucedido na tarefa, isto é, de não corresponder às *expectativas de sucesso*, inibir tanto o comportamento assertivo como a selecção/utilização de estratégias de *coping* adequadas, que lhe permitiria resistir à informação sugestiva. A importância das estratégias de *coping* no processo sugestivo é um dos aspectos mais enfatizados pelo modelo teórico de Gudjonsson e Clark (Gudjonsson, 1997).

Supôs-se, também, que as variáveis *desejabilidade social* e *sugestionabilidade interrogativa*, se correlacionavam de forma positiva e estatisticamente significativa. Era então esperado que os sujeitos que apresentam maior tendência a dar respostas socialmente aceitáveis (Crowne & Marlowe, 1960) fossem mais vulneráveis à informação sugestiva por possuírem uma maior inclinação para irem ao encontro das expectativas do entrevistador. De acordo com Polczyk (2005), seria de esperar que os indivíduos particularmente propensos à *desejabilidade social* se esforçassem mais para melhorar o seu desempenho mnésico, o que resultaria na modificação de um maior número de respostas. Contudo, tal hipótese não foi corroborada (ver Quadros 4 e 5). Estes resultados não deixam de estar em concordância com alguma literatura, uma vez que, apesar existirem estudos que encontram uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre estas variáveis (e.g. Ceci & Bruck, 1993; Gudjonsson, 1983, 2003; Lee, 2004; Liebman et al., 2002; Penajoia, 2012; Pires et al., 2013b; Polczyk, 2005; Richardson & Kelly, 2004), esta é tendencialmente baixa e nem sempre é encontrada (Gudjonsson et al., 2004). Além disso, Polczyk (2005), no seu estudo, apesar de encontrar relações positivas significativas entre a *sugestionabilidade*, medida pela GSS1, e a *desejabilidade social*, não obteve o mesmo resultado com recurso à GSS2. Uma das possíveis causas dos resultados a que se chegou no presente estudo poderá passar pelo facto de a amostra não se diferenciar nas pontuações obtidas em *desejabilidade social*. Seria então relevante a realização de um estudo com uma amostra mais extensa e heterogénea, de modo a perceber se este fenómeno depende das características da amostra ou das propriedades da GSS2.

Em relação à sétima hipótese, que refere a existência de uma relação negativa estatisticamente significativa entre a *necessidade de cognição* e a

sugestionabilidade interrogativa, esta foi corroborada. Registaram-se coeficientes de correlação significativos entre as medidas *Sugestionabilidade Total* e *Cedência 1*, e a variável necessidade de cognição (ver Quadros 3 e 5). Apesar de não serem conhecidos estudos publicados com o objectivo de analisar as relações existentes entre estas duas variáveis, é sabido que a necessidade de cognição é preditiva da forma como os sujeitos lidam com as tarefas e com a informação por eles recebidas (Cacioppo & Petty; 1982). Por um lado, os indivíduos com elevados níveis de necessidade de cognição apresentam uma tendência superior para procurar, adquirir e reflectir sobre a informação, de modo a atribuir significado aos estímulos alvo. Por outro lado, os indivíduos com baixos níveis de necessidade de cognição são mais propícios à influência de pistas fornecidas por terceiros (Cacioppo & Petty, 1982; Cacioppo et al., 1996; Couto et al., 2010; Curşeu, 2011; Enge et al., 2008). Assim, como as perguntas sugestivas contêm na sua formulação pistas potencialmente enganadoras, os indivíduos com maiores níveis de necessidade de cognição, tenderiam a analisar e reflectir mais sobre as questões e, eventualmente, também sobre as respostas de outrém apresentado como credível, tornando-se mais resistentes à sugestão. O facto de não se terem verificado relações significativas com a medida *Cedência 2* poderá resultar do efeito da pressão interrogativa subjacente ao *feedback* negativo. No que concerne aos resultados obtidos relativamente à medida *Mudança*, estes poderão ser, em parte, justificados por problemas psicométricos associados a esta variável. De acordo com Pires (2011), é possível que a subescala *Mudança*, por depender de factores situacionais (e.g. percepção que se tem do entrevistador; contexto de realização da prova), não constitua uma medida precisa da vulnerabilidade à sugestão.

Finalmente, passando à oitava e última hipótese deste estudo, que diz respeito à existência de uma correlação positiva estatisticamente significativa entre a fé na intuição e a sugestionabilidade interrogativa, esta não foi corroborada. Embora não se conheçam estudos publicados sobre a relação entre estes dois constructos, Ward e Loftus (1985 como citado em Nurmoja & Bachmann, 2008) afirmaram que a tendência dos indivíduos se envolverem num modo de pensar mais intuitivo parece estar relacionada com a susceptibilidade à informação enganosa. Além do mais, de acordo com Silva e Garcia-Marques (2006), a fé na intuição estaria associada a

dimensões da personalidade como a abertura à experiência, a amabilidade e a conscienciosidade. Dado que a evidência empírica aponta para a existência de relações significativas entre a sugestionabilidade interrogativa e estas dimensões da personalidade, pareceu-nos provável que os indivíduos com pontuações mais elevadas em fé na intuição apresentassem, também, maiores níveis de vulnerabilidade à sugestão. Contudo, no presente estudo tal não se verificou. Um dos possíveis motivos poderá resultar do facto de, neste estudo, estas mesmas dimensões da personalidade não estarem relacionadas com os níveis de sugestionabilidade interrogativa.

Como limitações do presente estudo pode ser referido o facto de a amostra não ser representativa da população jovem estudante portuguesa; não se ter avaliado a variável auto-estima, mas o auto-conceito que abrange não só a auto-estima mas também outros constructos; e, por último, mas não menos importante, não se ter recorrido a uma prova de monitorização da fonte da informação, de modo a perceber se as diferenças encontradas entre os grupos se devem a uma interiorização das respostas de outrem, caracterizado como credível, ou apenas de um aumento da pressão social naquele contexto (devido a um aumento das *expectativas de sucesso*).

## **VI - Conclusões**

A exactidão dos depoimentos das testemunhas oculares é um tema que tem suscitado grande interesse na área da Psicologia Forense. De facto, o depoimento de uma testemunha constitui, em vários casos, a evidência com mais impacto na tomada de decisão pelo sistema de justiça. Não obstante, as investigações realizadas nesta área indicam que o testemunho nem sempre é a forma de evidência mais confiável (e.g., Jack et al., 2013; Laney & Loftus, 2010; Pinho, 2002; Pires, 2011).

Uma vez que a memória é maleável e propensa a distorções, o depoimento de uma testemunha, por se basear na recordação do acontecimento, está sujeita à interferência de inúmeras variáveis. Ao longo de todo o processo judicial, as testemunhas são frequentemente expostas a múltiplas fontes de informação, incluindo as co-testemunhas. Quando duas testemunhas discutem sobre a memória do acontecimento, há a tendência para cada uma delas integrar, na sua própria recordação, a informação proveniente da sua co-testemunha (Jack et al., 2013; Paterson et al., 2012;



Wells & Olson, 2003). Desta forma, quando esta informação é incorrecta e culmina na sua integração na memória do acontecimento, surgem falsas memórias.

O actual estudo foca-se no conceito de sugestionabilidade interrogativa, tendo como principal objectivo observar a influência de outrém considerado credível na sugestionabilidade interrogativa, como é avaliada pela GSS2. Para atingir esse objectivo foram comparados os desempenhos de dois grupos distintos: um grupo submetido à aplicação usual da GSS2 (grupo de controlo) e outro ao qual foram transmitidas as respostas provenientes de uma pessoa descrita como credível (grupo experimental). Propôs-se, ainda, averiguar as correlações existentes entre sugestionabilidade interrogativa e algumas variáveis individuais como dimensões da personalidade, desejabilidade social, assertividade, ansiedade, auto-conceito, necessidade de cognição e fé na intuição.

Os resultados do presente estudo, no que concerne ao objectivo principal, indicam que os dois grupos amostrais diferem entre si na sugestionabilidade interrogativa, ou seja, que os indivíduos podem ser influenciados pelas informações provenientes de outrem, considerado credível. Estes resultados destacam a importância de se investigarem metodologias que permitam uma recolha da informação mais atempada, minimizando, assim, a exposição a informações provenientes de outras fontes.

Quanto às outras variáveis em estudo, foram encontradas relações negativas estatisticamente significativas entre a assertividade e as medidas *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade total*. Isto indica que indivíduos mais assertivos demonstram-se menos propensos a ceder perante informação sugestiva. Também foram encontradas relações negativas estatisticamente significativas entre a necessidade de cognição e as medidas *Cedência 1* e *Sugestionabilidade total*. De acordo com estes resultados, indivíduos que apresentam níveis mais elevados de necessidade de cognição, pela sua tendência em procurar, adquirir e reflectir sobre a informação, são menos propícios à influência de pistas fornecidas por terceiros.

No que concerne à ansiedade, os resultados indicam a existência de uma relação positiva estatisticamente significativa entre a ansiedade-traço e

as medidas *Cedência 2*, *Mudança* e *Sugestionabilidade total*. Estes resultados sugerem que este tipo de ansiedade tem influência na forma como o sujeito lida com a pressão social.

Podemos, então, concluir que em casos de avaliação da credibilidade de testemunhos e confissões, além da sugestionabilidade interrogativa, deveriam ter sido em consideração variáveis como: a assertividade, a necessidade de cognição e a ansiedade-traço. Deverão também ser acauteladas as situações em que existe comunicação entre co-testemunhas. Neste sentido, é de notar que as investigações sobre os factores e condições que influenciam a exactidão dos testemunhos são de extrema importância para o desenvolvimento de metodologias de recolha de informação que maximizem a exactidão dos depoimentos recolhidos.

Um aspecto importante a salientar, consiste no facto de a GSS não se encontrar ainda aferida para a população portuguesa. Assim, torna-se impreterível que se continuem a efectuar estudos com diferentes populações com vista a possibilitar uma visão mais abrangente sobre a sugestionabilidade interrogativa, permitindo dispor de um instrumento de avaliação da vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa, validado para a população portuguesa.

No futuro, seria relevante a realização de um estudo que tentasse superar as limitações por nós identificadas (e.g. utilização de uma prova de monitorização da fonte de informação; recurso a uma amostra mais ampla), assim como um estudo que comparasse a influência de informações provenientes de uma fonte credível com as informações provenientes de uma fonte não credível.

### Bibliografia

- Almerigogna, J., Ost, J., Bull, R., & Akehurst, L. (2007). A state of high anxiety: How non-supportive interviewers can increase the suggestibility of child witnesses. *Applied Cognitive Psychology, 21*, 963 -974. doi:10.1002/acp.1311
- Bain, S. A., & Baxter, J. (2000). Interrogative suggestibility: The role of interviewer behaviour. *Legal and Criminological Psychology, 5*, 123-133. doi:10.1348/135532500168029
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative Suggestibility. *Legal and Criminological Psychology, 9*, 239–252. doi:10.1348/1355325041719419
- Blackburn, R. (1996). What is forensic psychology? *Legal and Criminological Psychology, 1*, 3-16. doi:10.1111/j.2044-8333.1996.tb00304.x
- Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports, 71*(3), 1155-1160. doi:10.2466/PR.71.8.1155-1160
- Barros, R., Moreira, P., & Oliveira, B. (2005). Influência da deseabilidade social na estimativa da ingestão alimentar obtida através de um questionário de frequência de consumo alimentar. *Acta Médica Portuguesa, 18*(1), 241-248. Retirado de <http://www.actamedicaportuguesa.com/pdf/2005-18/4/241-248.pdf>
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences, 35*, 1285-1292. doi:10.1016/S0191-8869(02)00349-5
- Cacioppo, J. T., & Petty, R. E. (1982). The need for cognition. *Journal of Personality and Social Psychology, 42*(1), 116-131. doi:10.1037/0022-3514.42.1.116

- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., & Kao, C. F. (1984). The efficient assessment of need for cognition. *Journal of Personality Assessment*, 48 (3), 306-307. doi:10.1207/s15327752jpa4803\_13
- Cacioppo, J. T., Petty, R. E., Feinstein, J. A., & Jarvis, W. B. G. (1996). Dispositional differences in cognitive motivation: The life times of individuals varying in need for cognition. *Psychological Bulletin*, 119(2), 197-253. doi:10.1037/0033-2909.119.2.197
- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI): Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Eds.). *Avaliação psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 305-331). Coimbra: Quarteto.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 113, 403-439. doi:10.1111.123.3489
- Clare, I. C., Gudjonsson, G. H., Rutter, S. C., & Cross, P. (1994). The interrater reliability of the Gudjonsson Suggestibility Scale (form 2). *British Journal of Clinical Psychology*, 33(3), 357-365.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Elbaum.
- Conti, R. P. (1999). The psychology of false confessions. *The Journal of Credibility Assessment and Witness Psychology*, 2(1), 14- 32. Retirado de [http://www.nasams.org/forensics/for\\_lib/Documents/1104868281.86/Conti%20article%20the%20psychology%20of%20false%20confessions.pdf](http://www.nasams.org/forensics/for_lib/Documents/1104868281.86/Conti%20article%20the%20psychology%20of%20false%20confessions.pdf)
- Costa, A., & Pinho, M. S. (2010). Sugestionabilidade interrogativa em crianças de 8 e 9 anos de idade. *Análise Psicológica*, XXVIII, 193-208.
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory and NEO-Five-Factor Inventory: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.

- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (2000). *NEO PI-R, Inventário de Personalidade NEO Revisto. Manual profissional*. Lisboa: CEGOC-TEA.
- Couto, M., Quelhas, A. C., & Juhos, C. (2010). Necessidade de cognição, memória de trabalho e recuperação de contra-exemplos para condicionais causais. *Psychologica*, 53, 183-216.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354. doi:10.1037/h0047358
- Cunha, A. (2010). *A Sugestionabilidade interrogativa em crianças: O papel da idade e das competências cognitivas*. Tese de Doutoramento. Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- Cunha, D. G. L. (2009). *Sugestionabilidade interrogativa e violência conjugal: Serão as vítimas de violência conjugal mais sugestionáveis?* (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cunha, A. Q., Albuquerque, P. B., & Freire, T. (2007). Sugestionabilidade em crianças: Definição de conceitos e análise de variáveis cognitivas. *Psychologica*, 46, 125-141.
- Curşeu, P. L. (2011). Need for cognition and active information search in small student groups. *Learning and Individual Differences*, 21, 415–418. doi:10.1016/j.lindif.2011.02.005
- Davis, D., & Loftus, E. F. (2007). Internal and external sources of misinformation in adult witness memory. In R. C. L. Lindsay, D. F. Ross, J. D. Read, & M. P. Toglia (Eds.), *The handbook of eyewitness psychology* (Vol. 1: Memory for events, pp.195-237). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Dobson, M., & Markham, R. (2001). Individual differences in anxiety level and eyewitness memory. *The Journal of General Psychology*, 119(4), 343-350. Retirado de <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=psyh&AN=1993-24460-001&site=ehost-live>

- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. Ph.D. Thesis, University of Leicester, Leicester, United Kingdom.
- Drake, K. E. (2010). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism, and compliance. *Personality and Individual Differences, 48*, 493 – 498. doi:10.1016/j.paid.2009.11.030
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology, 13*, 299-307. doi:10.1348/135532507X209981
- Eisen, M. L., Morgan, D. Y., & Mickes, L. (2002). Individual differences in eyewitness memory and suggestibility: Examining relations between acquiescence, dissociation and resistance to misleading information. *Personality and Individual Differences, 33*, 553–571.
- Enge, S., Fleischhauer, M., Brocke, B., & Strobel, A. (2008). Neurophysiological measures of involuntary and voluntary attention allocation and dispositional differences in need for cognition. *Personality and Social Psychology Bulletin, 34*, 862–874. doi:10.1177/0146167208315556
- Epstein, S., Pacini, R., Denes-Raj, V., & Heier, H. (1996). Individual differences in intuitive-experiential and analytical-rational thinking styles. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(2), 390-405. doi:10.1037/0022-3514.71.2.390
- Eysenck, M. W. (2002). A cognitive approach to trait anxiety. *European Journal of Personality, 14*, 463- 476.
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology, 17*(5), 533–543. doi:10.1002/acp.885
- Gignac, G., & Powell, M. B. (2009). A psychometric evaluation of the Gudjonsson Suggestibility Scales: Problems associated with measuring suggestibility as a difference score composite. *Personality and Individual Differences, 46* (2), 88 – 93. doi:10.1016/j.paid.2008.09.007

- Gouveia, V., Guerra, V., Sousa D., Santos, W., & Costa, J. (2009). Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne: Validade factorial e consistência interna. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 87-98.
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: An experimental study. *British Journal of Psychiatry*, 142, 35 – 37. doi:10.1192/bjp.142.1.35
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5, 303 – 314. doi:10.1016/0191-8869(84)90069-2
- Gudjonsson, G. H. (1988). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology*, 27(2), 159 – 166. doi:10.1111/j.2044-8260.1988.tb00764.x
- Gudjonsson, G. H. (1992). Interrogative suggestibility: Factor analysis of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS 2). *Personality and Individual Differences*, 13 (4), 479-481. doi: 10.1016/0191-8869(92)90077-3
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G. H. (2010). Interrogative suggestibility and false confessions. In J. M. Brown & E. A. Campbell (Eds.), *The Cambridge handbook of forensic psychology* (pp. 202-208). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gudjonsson, G. H., & Lister, S. (1984). Interrogative suggestibility and its relationship with perceptions of self-concept and control. *Journal of the Forensic Science Society*, 24, 99–110. doi:10.1016/S0015-7368(84)72302-4
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., & Einarsson, E. (2004). The role of personality in relation to confessions and denials. *Psychology, Crime & Law*, 10, 125-135. doi:10.1080/10683160310001634296

- Gudjonsson, G. H., & Singh, K. K. (1984). The relationship between criminal conviction and interrogative suggestibility among delinquent boys. *Journal of Adolescence*, 7(1), 29-34. doi:10.1016/0140-1971(84)90045-9
- Herzberg, S., Chan, E., & Katz, J. (1984). The development of an assertiveness self report inventory. *Journal of Personality Assessment*, 48(3), pp. 317-323.
- Jack, F., Zydervelt, S., & Zajac, R. (2013). Are co-witness special? Comparing the influence of co-witness and interviewer misinformation on eyewitness reports. *Memory*. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09658211.2013.778291#.UeV5G9LVDmp>
- Kassin, S. M. (2008). Expert testimony on the psychology of confessions: A pyramidal framework of the relevant science. In E. Borgida, & S. Fiske (Eds.), *Beyond common sense: Psychological science in the courtroom* (pp. 195-213). Oxford: Blackwell Publishing.
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *Psychological Science in the Public Interest*, 2(5), 35 – 67.
- Kassin, S. M., & Neumann, K. (1997). On the power of confession evidence: an experimental test of the fundamental difference hypothesis. *Law and Human Behavior*, 21, 469-484. doi:10.1023/A: 1024871622490
- Laney, C., & Loftus, E. F. (2010). False memory. In J. M. Brown & E. A. Campbell (Eds.), *The Cambridge handbook of forensic psychology* (pp. 187-193). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lange, J. L., & Jakubowski, P. (1976). *Responsible assertive behavior*. Illinois: Research Press.
- Lee, K. (2004). Age, neuropsychological, and social cognitive measures as predictors of individual differences in susceptibility to the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 997–1019. doi:10.1002/acp.1075



- Liebman, J. I., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A. M., Sheesley, L. A., Gallant, C. L., Renkey, M. E., & Lehman, E. B. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and suggestibility. *Personality and Individual Differences, 33*, 49-66. doi:10.1016/S0191-8869(01)00135-0
- Lima, M. P., & Simões, A. (1997). O Inventário de Personalidade NEO PI-R: Resultados da aferição portuguesa. *Psychologica, 18*, 25-46.
- Loftus, E. F. (2003). Our changeable memories: Legal and practical implications. *Nature Reviews Neuroscience, 4*, 231-233.
- Loftus, E. F., & Hoffman, H. G. (1989). Misinformation and memory: The creation of new memories. *Journal of Experimental Psychology, 118*(1), 100-104. doi:10.1037/0096-3445.118.1.100
- Loo, R., & Loewen, P. (2004). Confirmatory factor analyses of scores from full and short versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Applied Social Psychology, 34*(11), 2343-2352. doi:10.1111/j.1559-1816.2004.tb01980.x
- Loo, R., & Thorpe, K. (2000). Confirmatory factor analyses of the full and short versions of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Journal of Social Psychology, 140*(5), 628-635. doi:10.1080/00224540009600503
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 15-29). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Mastroberardino, S., & Marucci, F. S. (2012). Interrogative suggestibility: Was it just compliance or a genuine false memory? *Legal and Criminological Psychology, 18*, 1-13. doi:10.1111/j.2044-8333.2012.02048.x
- Meade, M. L., & Roediger, H. L. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition, 30*, 995-1009. doi:10.3758/BF03194318

- Memon, A., Vrij, A., & Bull, R. (2003). *Psychology and law: Truthfulness, accuracy and credibility* (2<sup>nd</sup> ed.). Chichester: Wiley.
- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & Van Koppen, P. J. (1998). The Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS): Further data on its reliability, validity and metacognition correlates. *Social Behaviour and Personality*, 26(2), 203-210. doi:10.2224/sbp.1998.26.2.203
- Mesiarik, C. M. (2008). *Gender, suggestibility and self-reported likelihood of false confessions*. (Tese de Doutorado, Universidade Drexel, Filadélfia). Retirado de [http://idea.library.drexel.edu/bitstream/1860/2897/1/Mesiarik\\_Constance.pdf](http://idea.library.drexel.edu/bitstream/1860/2897/1/Mesiarik_Constance.pdf)
- Mueller-Johnson, K., & Ceci, S. J. (2004). Memory and suggestibility in older adults: live event participation and repeated interview. *Applied Cognitive Psychology*, 18 (8), 1109–1127. doi: 10.1002/acp.1078
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological Reports*, 94, 264-266. doi:10.2466/pr0.94.1.264-266
- Neves, D., Pinho, M. S., & Faria, M. (2011). Sugestionabilidade interrogativa: Implicações para a assessoria técnica a tribunais e para a intervenção com delinquentes. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 8, 67-77.
- Nurmoja, M. (2005). *Interrogative Suggestibility, trait-related and morphofeatural characteristics of human phenotype*. Master's Thesis, University of Tartu, Tartu, Estonia.
- Nurmoja, M., & Bachmann, T. (2008). On the role of trait-related characteristics in interrogative suggestibility: An example from Estonia. *Trames*, 12(4), 375 -381. doi:10.3176/tr.2008.4.01
- Ordi, H. G., & Miguel-Tobal, J. J. (1999). Características de la sugestionabilidad y su relación com otras variables psicológicas. *Anales de Psicología*, 15(1), 57-75.
- Paterson, H., & Kemp, R. (2005). Co-witness discussion: A survey of police officers' attitudes, knowledge, and behaviour. *Psychology and Law*, 12, 424-434. doi:10.1375/pplt.12.2.424

- Paterson, H. M., & Kemp, R. I. (2006). Co-witnesses talk: A survey of eyewitness discussion. *Psychology, Crime & Law*, 12, 181-191. doi:10.1080/10683160512331316334
- Paterson, H. M., Kemp, R., & McIntyre, S. (2012). Can a witness report hearsay evidence unintentionally? The effects of discussion on eyewitness memory. *Psychology, Crime & Law*, 6(18), 505-527. doi:10.1080/1068316X.2010.510117
- Penajoia, M. S. F. (2012). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa em reclusos*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinho, M. S. (2002). Considerações sobre a memória de testemunhos. *Psychologica*, 30, 335 – 344.
- Pinho, M. S. (2008). Factores que influenciam a memória das testemunhas oculares. In A. C. Fonseca (Ed.). *Psicologia e justiça* (pp. 299-330). Coimbra: Almedina.
- Pires, R. O. (2011). *Estilos de personalidade e vulnerabilidade à sugestão no contexto de uma relação interpessoal*. (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013a). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54, 251–255. doi:10.1016/j.paid.2012.09.008
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013b). Personality styles and suggestibility: A differential approach. *Personality and Individual Differences*, 55, 381 – 386. doi: 10.1016/j.paid.2013.03.017

- Póinhos, R., Correia, F., Faneca, M., Ferreira, J., Gonçalves, C., Pinhão, S. & Medina, J. L. (2008). Desejabilidade social e barreiras ao cumprimento da terapêutica dietética em mulheres com excesso de peso. *Acta Médica Portuguesa*, 21(3), 221-228.
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 38, 177-186. doi:10.1016/j.paid.2004.03.018
- Polczyk, R., Wesolowska, B., Gabarczyk, A., Minakowska, I., Supska, M., & Bomba, E. (2004). Age differences in interrogative suggestibility: A comparison between young and older adults. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1097-1107. doi:10.1002/acp.1073
- Richardson G., Kelly T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, 36(2), 485-494. doi:10.1016/S0191-8869(03)00263-0
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2004). The effects of anxious mood induction on suggestibility to misleading post-event information. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 233-244. doi:10.1002/acp.963
- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory*, 14(1), 37-45. doi:10.1080/09658210444000494
- Roberts, P. (2002). Vulnerability to false memory: The effects of stress, imagery, trait anxiety and depression. *Current Psychology*, 21(3), 240 - 252.
- Rosenthal, R. J. D. (2002). Suggestibility, reliability, and the legal process. *Developmental Review*, 22, 334-369.
- Schooler, J. W. & Loftus, E. F. (1993). Multiple mechanisms mediated individual differences in eyewitness accuracy and suggestibility. In J. M. Puckett and H. W. Reese (Eds.), *Mechanisms of everyday cognition*. New York: Erlbaum.

- Serra, A. V. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica*, 7, 67-84. Serra, A. V. (1988a). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2(6), 101-110. Serra, A. V. (1988b). Atribuição e auto-conceito. *Psychologica*, 1, 127-141.
- Serra, A. V. (1995). Inventário Clínico de Auto-Conceito. In L. S. Almeida, M. R. Simões, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Provas Psicológicas em Portugal* (pp. 151-163). Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Silva, D. (2003). Inventário de Estado-Traço de Ansiedade. In M. M. Gonçalves, M. R. Simões, L. S. Almeida, & C. Machado (Eds.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol. I; pp. 45-63). Coimbra: Quarteto.
- Silva, F. S. F. (2011). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa numa amostra de jovens estudantes portuguesas*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Silva, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Medindo necessidade de cognição e fé na intuição: Tradução e adaptação das duas escalas à população portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 4 (1), 29-43.
- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em centros educativos*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Skagerberg, E. M., & Wright, D. B. (2008). The prevalence of co-witnesses and co-witness discussions in real eyewitnesses. *Psychology, Crime & Law*, 14, 513-521. doi:10.1080/10683160801948980
- Smith, P., & Gudjonsson, G. H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety, and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19, 517-523. doi: 10.1016/0191-8869(95)00085-K

- Trowbridge, C. B. (2003). Suggestibility and confessions. *American Journal of Forensic Psychology, 21*, 1-10.
- Wells, G. L., Memon, A., & Penrod, S. D. (2006). Eyewitness evidence: Improving its probative value. *Psychological Science in the Public Interest, 7*(2), 45-75. doi:10.1111/j.1529-1006.2006.00027.x
- Wells, G. L., & Olson, E. A. (2003). Eyewitness testimony. *Annual Review of Psychology, 54*, 277-95. doi:10.1146/annurev.psych.54.101601.145028
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences, 25*, 425 - 432. doi:10.1016/S0191-8869(98)00023-3
- Wrightsmann, L. S., & Kassin, S. M. (1993). *Confessions in the courtroom*. Newbury Park: Sage.
- Yarmey, D. A. (2006). Depoimentos de testemunhas oculares e auriculares. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 227-258). Coimbra: Almedina.
- Yarmey, D. (2010). Eyewitness testimony. In J. M. Brown & E. A. Campbell (Eds.), *The Cambridge handbook of forensic psychology* (pp. 177-182). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zhu, B., Chen, C., Loftus, E. F., Lin, C., He, Q., Chen, C., Li, H., ... Dong, Q. (2010). Individual differences in false memory from misinformation: Personality characteristics and their interactions with cognitive abilities. *Personality and Individual Differences, 48*, 889 - 894. doi:10.1016/j.paid.2010.02.016